



PRINCIPAIS ENTREGAS

20
23

Ministério dos Direitos
Humanos e da Cidadania

MDHC

www.gov.br/mdh

Todas as pessoas importam e são valiosas para nós

Sumário

1. Recomposição orçamentária	5
2. Caravanas dos Direitos Humanos	6
3. Retomada do Diálogo e Participação Social	20
4. Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes	34
5. Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência	39
6. Ações para a População em Situação de Rua	46
7. Defesa e Promoção dos Direitos das Pessoas Idosas pelo MDHC.....	54
8. População LGBTQIA+	58
9. Entregas da comissão de anistia 2023	64
11. A retomada do Brasil no cenário internacional dos Direitos Humanos.....	74
12. Cidadania Marajó	86
13. Observa DH	92
14. Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos • Disque 100.....	95
15. Enfrentamento à crise na Terra Indígena Yanomami	100
16. Enfrentamento ao Discurso de Ódio	104
17. EquipaDH+	107



Introdução

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) está oferecendo ao povo brasileiro um novo direcionamento para as políticas de direitos humanos. No período de 2019 a 2022, o revisionismo do significado histórico e civilizatório dos direitos humanos, a restrição à participação social e a baixa execução orçamentária foram a tônica da gestão da política de direitos humanos.

O MDHC, por sua vez, tem trabalhado incessantemente para reverter esse quadro, incluindo a sua própria reestruturação, a fim de viabilizar a efetiva promoção e defesa dos direitos humanos e a garantia da cidadania no Brasil. Além da necessária dimensão do enfrentamento aos resquícios da ditadura, a visão de direitos humanos nesta nova gestão incorpora os debates sobre os problemas cotidianos do povo brasileiro, dentre os quais se encontram saúde, educação, assistência social, acesso a direitos e desenvolvimento. Assim, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania atua no sentido de articular e executar políticas que assegurem a dignidade de grupos em situação de vulnerabilidade e historicamente discriminados e que lhes garantam acesso à cidadania.



Nesse sentido, desde o início desta gestão, foram definidos quatro pilares que sustentam a atuação do MDHC: comunicação, educação em direitos humanos, promoção e defesa dos direitos humanos e cidadania.

Este relatório apresenta as principais entregas do MDHC à sociedade brasileira, no ano de 2023, contemplando ações de promoção e defesa dos direitos humanos para diversos públicos, como crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, pessoas idosas, pessoas em situação de rua, pessoas LGBTQIA+ e pessoas ameaçadas ou vítimas de violência.

O restabelecimento e fortalecimento de instâncias de participação social, a recomposição orçamentária e da força de trabalho do Ministério, a rearticulação das redes de promoção e defesa de direitos humanos e o aperfeiçoamento do Disque 100 estão entre os destaques das ações de reconstrução realizadas no primeiro ano de gestão.

1. Recomposição orçamentária

Comparação de Valores



LOA MMFDH para 2023

R\$ 261.198.460,00



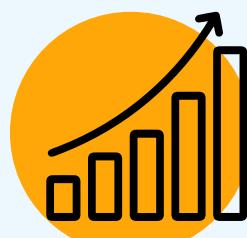
Recomposição após a PEC
da transição: 3 ministérios -
MDHC, MIR e MM

R\$511.198.460,00

**Montante destinado ao
MDHC para 2023**

R\$ 297.958.625,00

Com relação à recomposição
orçamentária destaca-se:



Retomada da Mostra Cinema e Direitos Humanos



Retomada do Programa Viver Sem Limite



Lançamento da Operação Inverno Acolhedor



*Orçamento para a Secretaria Nacional dos Direitos
das Pessoas LGBTQIA+*



*Suplementação nos Programas de Proteção a
Pessoas Ameaçadas*



*Orçamento para o funcionamento dos colegiados
Suplementação de R\$ 51.114.702,23 para programas
de proteção*

2. Caravanas dos Direitos Humanos

O projeto das “Caravanas de Direitos Humanos” tem o objetivo de visitar presídios e unidades do sistema socioeducativo de todo o Brasil para identificar problemas e lacunas e auxiliar o enfrentamento das violações de direitos humanos nesses espaços.. O Supremo Tribunal Federal classificou a situação como “estado de coisas constitucional”, ao reconhecer que há violação massiva de direitos fundamentais das pessoas privadas de liberdade.

A iniciativa tem a proposta de percorrer os estados brasileiros para avaliar sistemáticas violações de direitos humanos no sistema penitenciário do país. O sistema socioeducativo foi inserido nas Caravanas por se tratar de parte essencial do problema e por ser o local onde estão em conflito com a Lei.



 **Em 2023, foram realizadas 12 visitas.
O projeto continuará em 2024.**

Critérios:

- Visitas às penitenciárias e unidades socioeducativas que possuem medida provisória por parte da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) e cautelares da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).

Competência do MDHC

Cabe ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania monitorar o cumprimento das decisões e medidas provisórias da Corte IDH e cautelares

Competência do MDHC

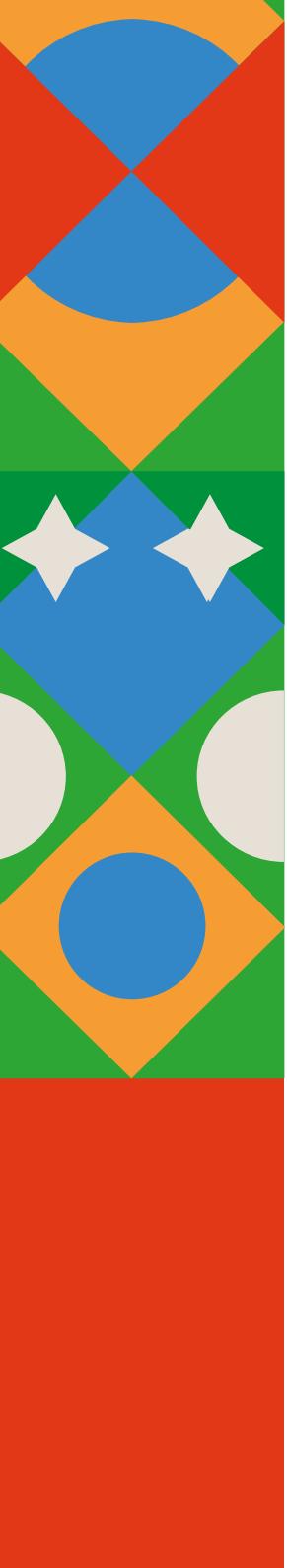
- Cabe ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania monitorar o cumprimento das decisões e medidas provisórias da Corte IDH e cautelares da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)

Cronograma de visitas

21 de agosto: **Complexo de Cariacica** - Vitória (ES) → 4 unidades de internação

16 a 18 de outubro: **Complexo Penitenciário do Curado** - Recife (PE) → 3 unidades prisionais;

17 e 18 de novembro: São Francisco, São Miguel, Dom Bosco, Patativa e Aldaci Barbosa → 5 unidades de internação



Áreas já identificadas como críticas:

- A) saúde;
- B) alimentação;
- C) tortura e maus-tratos.

Diálogo com os vários atores envolvidos na temática, sociedade civil organizada, trabalhadores do sistema prisional, pessoas em privação de liberdade, familiares de pessoas em privação de liberdade, sobreviventes do sistema prisional, sistema de Justiça, Poder Legislativo e Poder Executivo.

Objetivo: Instituir planos de ação conjunta entre Governo Federal, governos estaduais e sociedade civil para implementação de ações para superação das sistemáticas violações de direitos humanos nos sistemas penitenciário e socieducativo.

Caravanas dos Direitos Humanos

O que já foi feito:

Início: Julho de 2023

Agendas preparatórias promovidas pelo ministro Silvio Almeida com:

- Defensoria Pública da União e Defensorias Públicas Estaduais
- Ministério da Justiça e da Segurança Pública
- Organismos Internacionais
- Sociedade Civil
- Diálogo com Unidades da Federação
- Espírito Santo, Pernambuco, Rio de Janeiro e Ceará
- Peticionários das medidas da Corte IDH ou da CIDH



Etapas das Caravanas já realizadas

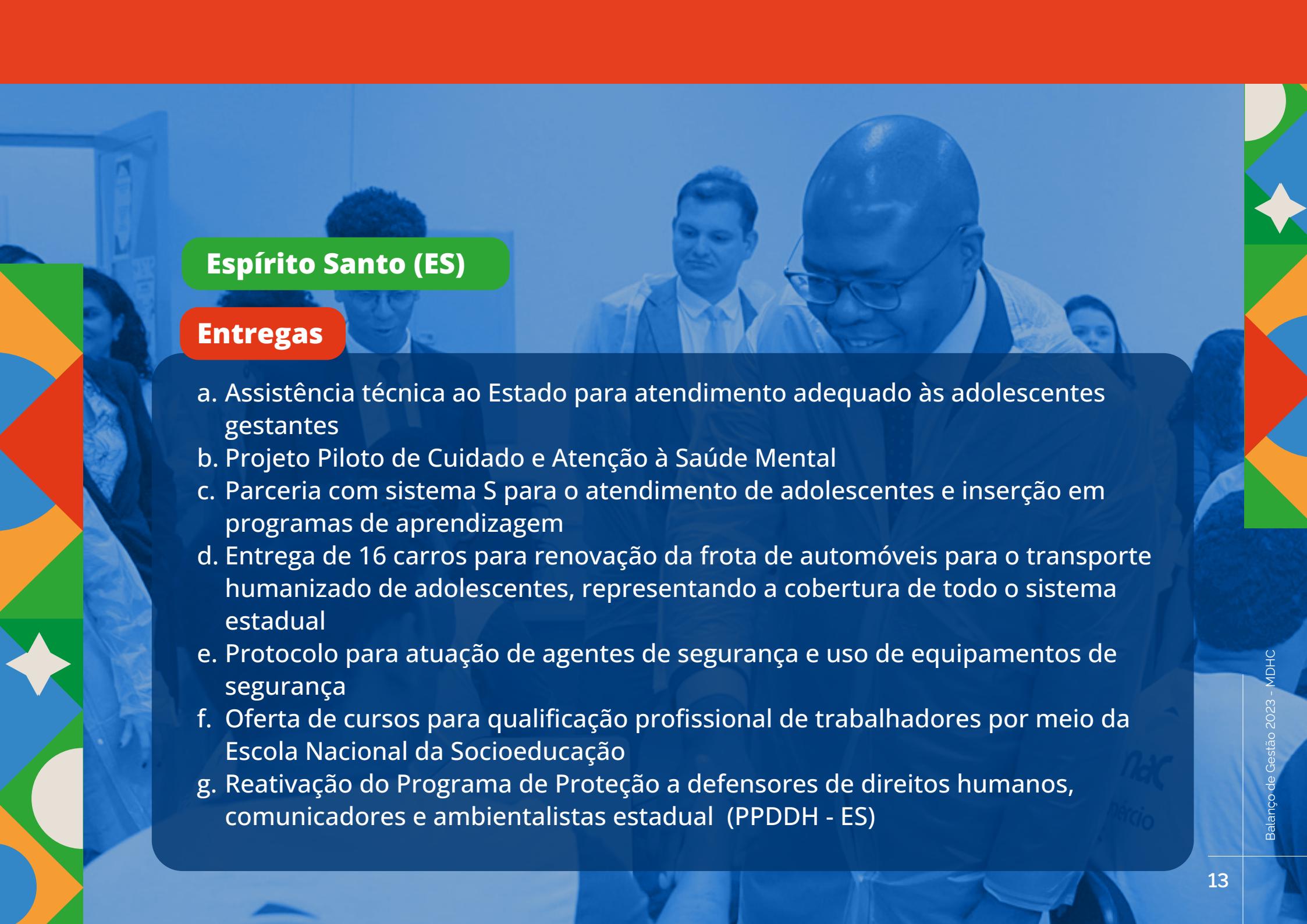


Espírito Santo (ES)

21 de agosto de 2023

Ministro Silvio Almeida inicia Caravana dos Direitos Humanos com visita à unidade socioeducativa do ES

Titular do MDHC esteve na Unidade de Internação Socioeducativa (Unis), no Conjunto de Cariacica, Região Metropolitana da Grande Vitória, no dia 21 de agosto.



Espírito Santo (ES)

Entregas

- a. Assistência técnica ao Estado para atendimento adequado às adolescentes gestantes
- b. Projeto Piloto de Cuidado e Atenção à Saúde Mental
- c. Parceria com sistema S para o atendimento de adolescentes e inserção em programas de aprendizagem
- d. Entrega de 16 carros para renovação da frota de automóveis para o transporte humanizado de adolescentes, representando a cobertura de todo o sistema estadual
- e. Protocolo para atuação de agentes de segurança e uso de equipamentos de segurança
- f. Oferta de cursos para qualificação profissional de trabalhadores por meio da Escola Nacional da Socioeducação
- g. Reativação do Programa de Proteção a defensores de direitos humanos, comunicadores e ambientalistas estadual (PPDDH - ES)

Etapas das Caravanas já realizadas

As agendas na Unidade Socioeducativa de Cariacica (ES) incluíram:



Conversa com os adolescentes.



Assinatura de convênio entre o MDHC e o Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (Iases) para aquisição de dez veículos, tipo SUV, para transporte humanizado de socioeducandos na ordem de **R\$ 1,6 milhão**.



Entrega de novos equipamentos para Conselhos Tutelares do estado no valor de **R\$ 546,9 mil**. Os anúncios incluem a destinação de quatro veículos para municípios capixabas, além de equipamentos como ar-condicionado portátil (10), computadores (25), impressoras (4) e televisores (5).



Etapas das Caravanas já realizadas



PE

Pernambuco (PE)

16 e 17 de outubro de 2023

Em Recife, MDHC dialogou com trabalhadores do sistema penitenciário. O Ministro destacou responsabilidades compartilhadas para enfrentar problemas do sistema prisional brasileiro.

Pernambuco (PE)

Entregas

- a. Medidas para adequação do Complexo do Curado aos parâmetros de direitos humanos
- b. Mutirão para promoção de acesso à justiça, com foco em pessoas em situação de privação de liberdade em caráter provisório
- c. Levantamento do número de pessoas contempladas com o cômputo em dobro de pena, a fim de assegurar que o benefício seja gozado por todos que a ele têm direito
- d. Retomada do funcionamento do Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura de Pernambuco
- e. Articulação para aprimoramento da legislação estadual no tocante às condições de funcionamento do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura -PE

Etapas das Caravanas já realizadas

Agendas no Complexo Penitenciário do Curado e na capital pernambucana incluíram:



Reunião com integrantes do sistema prisional de Pernambuco e da Força de Cooperação Penitenciária (Focopen), órgão ligado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, que realiza treinamentos e capacitações para policiais penais.

Visita às unidades do Complexo Penitenciário do Curado, na Zona Oeste do estado pernambucano.



Reunião no Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (TJPE)



Diálogo com as mães de vítimas de violência policial

Entregas realizadas

Caravana do Ceará

- a. Convênio para formação e letramento racial para trabalhadores e adolescentes em atendimento
- b. Construção de uma nova Unidade de Atendimento
- c. Oferta de cursos para qualificação profissional de trabalhadores por meio da Escola Nacional da Socioeducação

Observação: Outras entregas podem ser definidas após a realização das visitas.

Caravanas dos Direitos Humanos

Conclusão

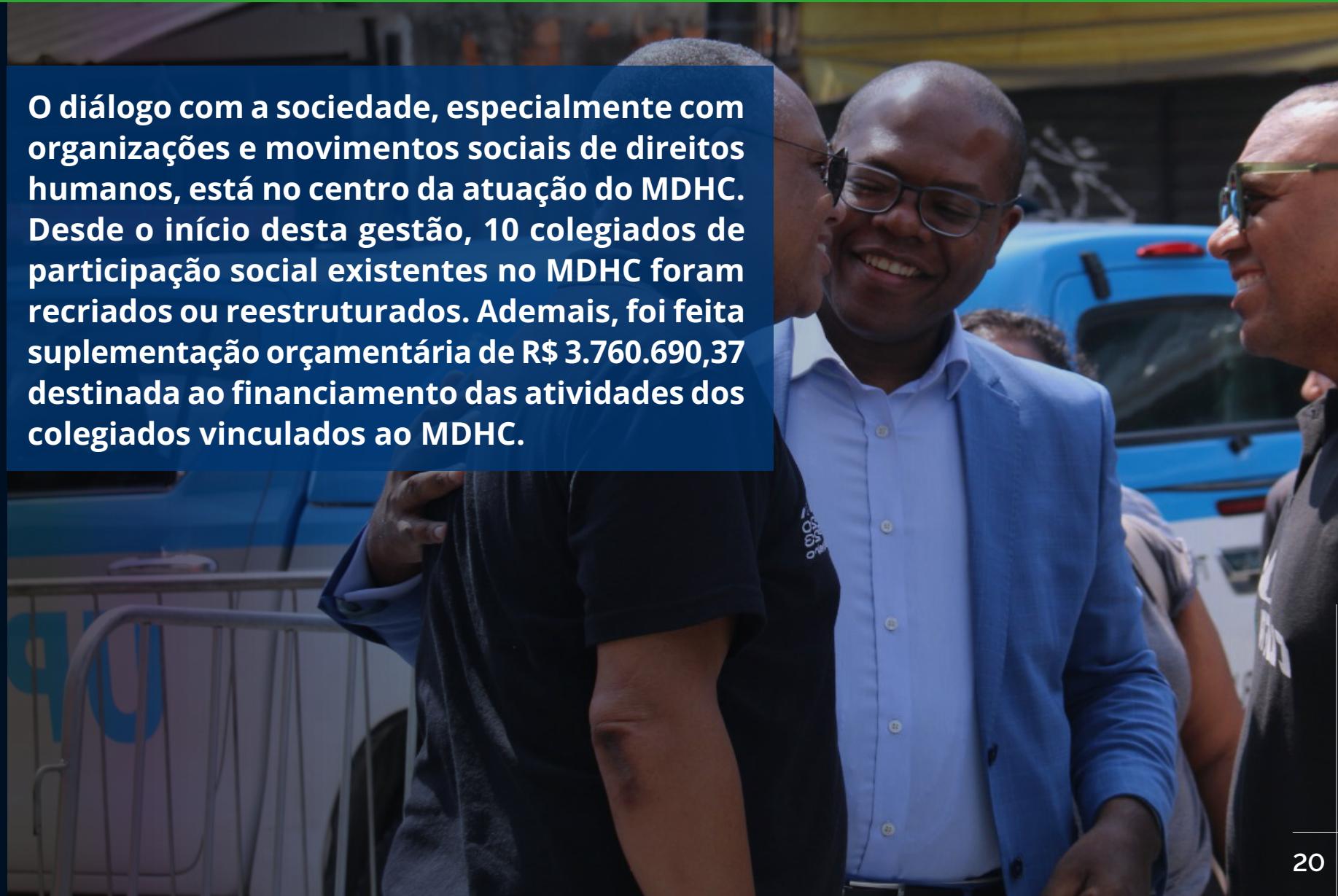


Cada visita produz um relatório com diagnóstico do que foi encontrado e apresentação de proposta de plano de ação voltado a solucionar os problemas que assolam o sistema prisional brasileiro, como superlotação, violações de direitos humanos e condições precárias de penitenciárias e unidades do sistema socioeducativo de todas as regiões brasileiras. Questões

básicas como acesso à água, à alimentação de qualidade e a outros direitos e garantias fundamentais, situações de maus-tratos e tortura, também serão objeto das medidas a serem propostas. Ao final do projeto será proposto um plano nacional para aprimoramento do sistema prisional brasileiro, que apresente soluções para as sistemáticas violações de direitos humanos.

3. Retomada do Diálogo e Participação Social

O diálogo com a sociedade, especialmente com organizações e movimentos sociais de direitos humanos, está no centro da atuação do MDHC. Desde o início desta gestão, 10 colegiados de participação social existentes no MDHC foram recriados ou reestruturados. Ademais, foi feita suplementação orçamentária de R\$ 3.760.690,37 destinada ao financiamento das atividades dos colegiados vinculados ao MDHC.



Reestruturação e criação de conselhos e outros colegiados de direitos humanos

Órgão Colegiado	Ações de reestruturação
Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDPI)	Reestruturado pelo Decreto nº 11.483/2023. Ampliação no número de conselheiros. Maior representação da sociedade civil com criação de quatro novos assentos (LGBTQIA+, negros, mulheres e indígenas).
Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda)	Estrutura reformulada pelo Decreto nº 11.473/2023. Maior número de conselheiros da história (15). Retorno da paridade entre representantes do governo e da sociedade civil.

Reestruturação e criação de conselhos e outros colegiados de direitos humanos

Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ (CNLGBTQIA+)	Criação do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ (CNLGBTQIA+). O Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD) foi extinto em 2019 e, em 2023, a criação do CNLGBTQIA+ marca a retomada da participação social, por meio do Decreto 11.471, de 6 de abril de 2023.
Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua (CIAMP-Rua)	Recomposto em 2023, com ampliação da participação da sociedade.
Comissão de Anistia	Em fevereiro, o Conselho da Comissão de Anistia foi recomposto, com a nomeação de 21 conselheiras e conselheiros. Em março, houve a redação e aprovação do Regimento Interno do Conselho.

Reestruturação e criação de conselhos e outros colegiados de direitos humanos

Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae)	Suplementação orçamentária significativa.
Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade)	Novos integrantes e evento reunindo representantes.
Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH)	Recomposição do orçamento e maior independência.
Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT)	Recomposição orçamentária permitindo maior autonomia.
Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT)	Recomposição do orçamento e valorização da instância.

Conferências Nacionais

Ainda na perspectiva de retomada da participação social, esta gestão retomou a organização das Conferências Nacionais relacionadas às pautas de Direitos Humanos. Neste sentido apresenta-se as datas de realização das etapas nacionais das seguintes conferências:

Conferências Nacionais de Políticas de Direitos Humanos Convocadas	
5ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência	julho/2024
4ª Conferência Nacional de Direitos da Pessoa LGBTQIA+	maio/2025
12ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente	abril/2024
6ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa	2025

Mapa colaborativo da cidadania

Abertura para cadastro em novembro de 2023

O Mapa Colaborativo da Cidadania tem por objetivo ampliar o conhecimento sobre a atuação da sociedade civil em torno de ações nos mais diversos eixos dos direitos humanos e da cidadania, buscando a ampliação da participação social e da diversidade.

Eixos de atuação: **fortalecimento do diálogo entre o MDHC e as mais diversas organizações da sociedade; informação à sociedade sobre as entregas e ações na esfera federal; ampliação da escuta e da participação social na construção de políticas; diálogo contínuo para aprimoramento das políticas; intercâmbio entre iniciativas.**



Medidas para o fortalecimento e aliança com a sociedade civil

No mês de junho, o Ministro Silvio Almeida foi nomeado, junto à Ministra Simone Tebet, Embaixador da Frente Parlamentar em Defesa das Favelas e Respeito à Cidadania dos seus Moradores.

Uma série de ações e políticas no Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania foi iniciada desde então. Dentre elas:



Diálogo e Participação Social

Ampliação da participação social e a construção de diálogos com lideranças, organizações e movimentos da sociedade civil.



Visitas e Escutas em Territórios

Território do Bem, Vitória-ES; Comunidade do Ibura, Recife-PE; Equipamentos Compaz e Usina da Paz, Belém-PA; Cozinhas Solidárias, Recife-PE ; Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal do Ceará.

Medidas para o fortalecimento e aliança com a sociedade civil



Assinaturas de Protocolos de Intenção e Termos de Execução Descentralizada com universidades para atuação em territórios periféricos, junto a entidades locais

Por meio dessas parcerias, o governo brasileiro busca estimular ações e iniciativas comunitárias locais de enfrentamento a violências, fortalecimento de projetos de promoção e defesa dos direitos humanos, garantia da dignidade, cidadania e acesso a serviços públicos.



Valorização das Iniciativas Populares

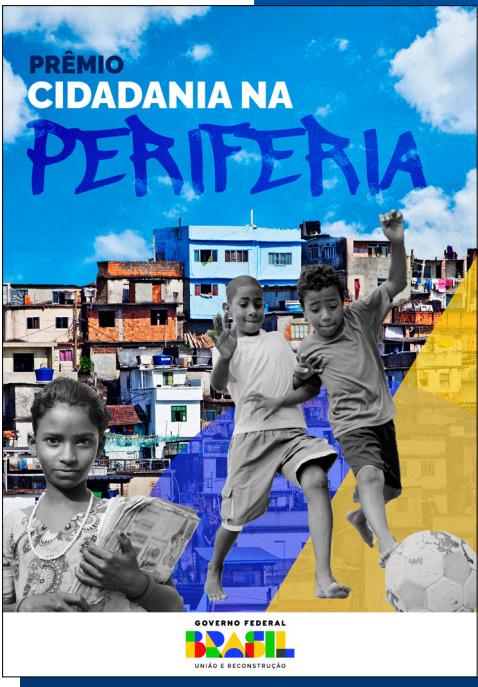
Reconhecimento da relevância das entidades e iniciativas populares, junto à assinatura de editais de fomento e colaboração.



Medidas para o fortalecimento e aliança com a sociedade civil

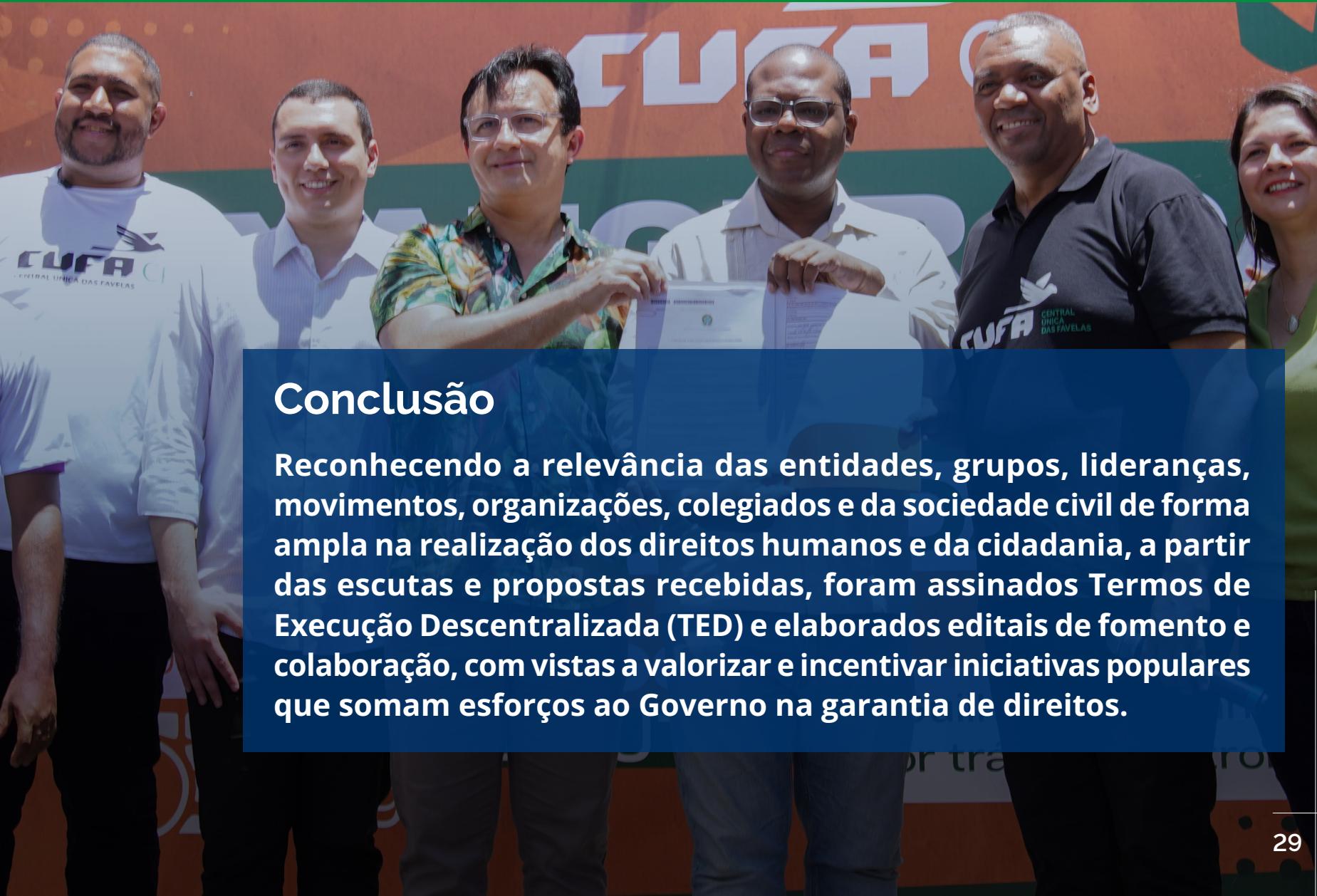
Edital, em parceria com a Secom, para premiação de iniciativas protagonizadas por pessoas, entidades ou grupos periféricos, que atuam na promoção e defesa dos direitos humanos e da cidadania nos seus territórios.

Serão concedidos prêmios no valor de R\$ 50 mil a 120 iniciativas atuantes nos eixos:



- **Comunicação comunitária e educação popular dos Direitos Humanos (20 Projetos)**
- **Cidadania LGBTQIA+ (20 Projetos)**
- **Acessibilidade e participação social de pessoas com deficiência (20 Projetos)**
- **Proteção integral de crianças e adolescentes (20 Projetos)**
- **Educação para toda vida: iniciativas baseadas na educação popular para pessoas idosas (20 Projetos)**
- **Soluções comunitárias para segurança alimentar e alimentação saudável (20 Projetos)**

Medidas para o fortalecimento e aliança com a sociedade civil



Conclusão

Reconhecendo a relevância das entidades, grupos, lideranças, movimentos, organizações, colegiados e da sociedade civil de forma ampla na realização dos direitos humanos e da cidadania, a partir das escutas e propostas recebidas, foram assinados Termos de Execução Descentralizada (TED) e elaborados editais de fomento e colaboração, com vistas a valorizar e incentivar iniciativas populares que somam esforços ao Governo na garantia de direitos.

Medidas para o fortalecimento e aliança com a sociedade civil

Editais

	Edital	Tema	Objetivo	Mês de lançamento	Orçamento	Número de Instituições que serão contempladas
1	Edital de Chamamento Público voltado a cuidados e prevenção de violência contra crianças na primeira infância nas periferias brasileiras .	Primeira Infância	Promover cuidados e prevenção de violência contra crianças na primeira infância nas periferias brasileiras, realizados por instituições da sociedade civil sem fins lucrativos, que atuem no campo de garantia, promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças na primeira infância.	Novembro	R\$ 5.825.000,00 milhões.	10 projetos.
2	Edital de fomento a iniciativas de promoção e defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+.	LGBTQIA+	Promover o fortalecimento do Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência contra LGBTQIA+.	Julho	R\$ 250 mil para cada instituição.	6 instituições.
3	Edital de Chamamento Público para Termos de Colaboração do Projeto Viva + Periferia.	Pessoa Idosa	Fornecimento de equipamentos de apoio assistencial para pessoas idosas acamadas e domiciliadas residentes nas periferias brasileiras, por meio do Projeto Viva + Periferia.	Outubro	R\$ 300 mil para cada proposta.	8 instituições.

4	Edital de Chamamento Público Programa Pontos de Apoio da Rua (PAR).	POP-Rua	<p>Proporcionar à população em situação de rua o acesso à água, que é direito humano essencial, seja por bebedouros, seja para lavar roupas e/ou tomar banho, como serviços referentes a cuidado e higiene pessoal, além de estabelecimento de armários para guarda de bens e pertences.</p>	até dezembro de 2023	R\$ 675 mil para cada ponto.	1 ponto em RJ e 1 ponto em SP.
5	Edital de Chamamento Público para o fortalecimento e a valorização de pessoas idosas de Povos e Comunidades Tradicionais.	Pessoa Idosa	<p>Fortalecimento e a preservação da cultura de pessoas idosas de Povos e Comunidades Tradicionais, na perspectiva da valorização cultural, preservação da memória e ancestralidade e fortalecimento das iniciativas de economia sustentável.</p>	até dezembro de 2023	R\$150 mil por projeto para o eixo Cultura e R\$150 mil por projeto para o eixo Economia Sustentável.	Pelo menos 2 em cada eixo.
6	Edital de Chamamento Público de Organizações da Sociedade Civil para projetos de promoção e defesa de direitos humanos, por meio de Centros de Acesso a Direitos e Inserção Social (CAIS).	Direitos Humanos	<p>Promoção e defesa de direitos humanos, por meio de Centros de Acesso a Direitos e Inserção Social (CAIS), dirigidos prioritariamente a pessoas em situação de rua e extrema vulnerabilidade, com demandas relacionadas ao uso de drogas e com o objetivo de propiciar acesso a direitos, inclusão social, integração à rede de serviços públicos e garantia da cidadania.</p>	até dezembro de 2023	R\$1.500.000,00 para cada instituição.	15 instituições.

7	Edital de chamamento público Universalização do Registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica.	Direitos Humanos	Ampliação do acesso à documentação básica, com foco especial em grupos vulneráveis, historicamente atingidos por violações de direitos humanos.	até dezembro de 2023	R\$ 27 milhões no total.	43 projetos.
8	Prêmio Cidadania na Periferia	Direitos Humanos	Promoção e defesa de direitos humanos e cidadania, no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.	até dezembro de 2023	R\$ 6 milhões.	120 projetos
9	Edital de chamamento público Catadores de materiais recicláveis nos municípios de Belo Horizonte e de São Paulo.	POP-Rua	Apoio à estruturação e ao fortalecimento de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis, por meio da estruturação e sustentabilidade dos processos produtivos e geração de renda.	até dezembro de 2023	R\$ 650 mil por projeto.	1 projeto em casa cidade.
	Edital de Chamamento Público para a promoção, a proteção e a defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes	Criança e Adolescente	Seleção de organização da sociedade civil para celebrar termo de fomento que tenha por objeto a execução de projeto voltado à promoção, à proteção e à defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes.	Setembro/2023	R\$ 2 milhões	1 proposta

Termos de Execução Descentralizada (TED)

Parceiro	Tema	Objetivo	Data	Orçamento
Universidade Federal do Ceará	Direitos Humanos	Execução de projetos nas comunidades Poço da Draga e Barroso II, ambas em Fortaleza-CE.	Outubro	R\$ 1.000.000,00

Valor total de parcerias (TED, Fomento, Colaboração e Convênio) formalizadas no ano de 2023: **R\$ 74.431.210,50**

Somando Prêmio Cidadania na Periferia:
R\$ 80.431.210,50

4. Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes

O MDHC tem empenhado todos os esforços para recolocar as crianças e os adolescentes como prioridade absoluta de suas ações. Foram reorientadas as prioridades, recursos e equipe para a formulação, coordenação e avaliação de políticas e diretrizes que permitam a implementação e articulação de ações governamentais e medidas referentes à defesa dos direitos da criança e do adolescente. O foco está na prevenção, na conciliação de conflitos e no enfrentamento a todas as formas de violação desses direitos. É uma nova fase, na qual crianças e adolescentes voltarão a ter o lugar de destaque que merecem em nossas agendas e planos de ação.



O que já foi feito



-
-
-
-
-
-
-
-

Centros de Atendimento Integrado

Objetivo: equipar centros para atendimento especializado de vítimas/testemunhas de violência.
Fornecimento de cartilhas.

ORÇAMENTO
R\$ 2,5 milhões

-
-
-
-

Levantamento Nacional do SINASE 2023

Análise de dados para aprimorar políticas socioeducativas.

Formação Profissional:



Curso de especialização para profissionais envolvidos na garantia de direitos das crianças e adolescentes.

4 mil vagas

Encontros “Sinase pra Valer”:



Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte em São Paulo (PPCAAM)

Política de proteção à vida de crianças e adolescentes ameaçados.

Implantação em 18 UFs com meta de expansão para as 27 unidades da federação até 2025

Eleições para Conselheiros Tutelares:

Campanha de mobilização para aumento de participação.

**Aumento de 25,8%
na participação.**



Mais de 3 milhões de pessoas foram às urnas em todo o país para eleição de Conselheiros Tutelares nas capitais dos estados e do Distrito Federal. Pela primeira vez na história, as urnas eletrônicas foram utilizadas em todo o território brasileiro para o processo de escolha de conselheiros tutelares.

Comissão contra Violência:

Combate à violência sexual contra crianças e adolescentes. Coordenação da rede de proteção.

Instituída por decreto

O que será realizado



Política de Formação:

Implantação de 10 Escolas de Conselho para formação continuada. Parceria com universidades federais.

INVESTIMENTO
R\$ 5 milhões

Agenda Intersetorial Criança:

Coordenar ações governamentais e criar o Comitê da Agenda Intersetorial Criança.

5. Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência

NOVO **VIVER SEM LIMITE** PLANO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA



Novo Plano Viver sem Limite – para promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais das pessoas com deficiência e de suas famílias.

Lançamento: 23 de novembro

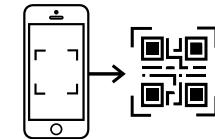
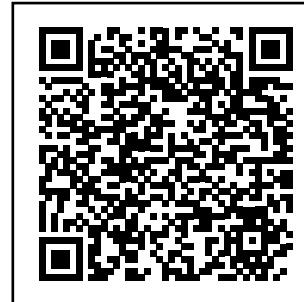
**Investimento de cerca de R\$ 6,5 bilhões
Envolveu cerca de 11 ministérios na formulação de 95 ações.**



CAMPANHA COMBATA O CAPACITISMO:

Em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

CONFIRA AQUI

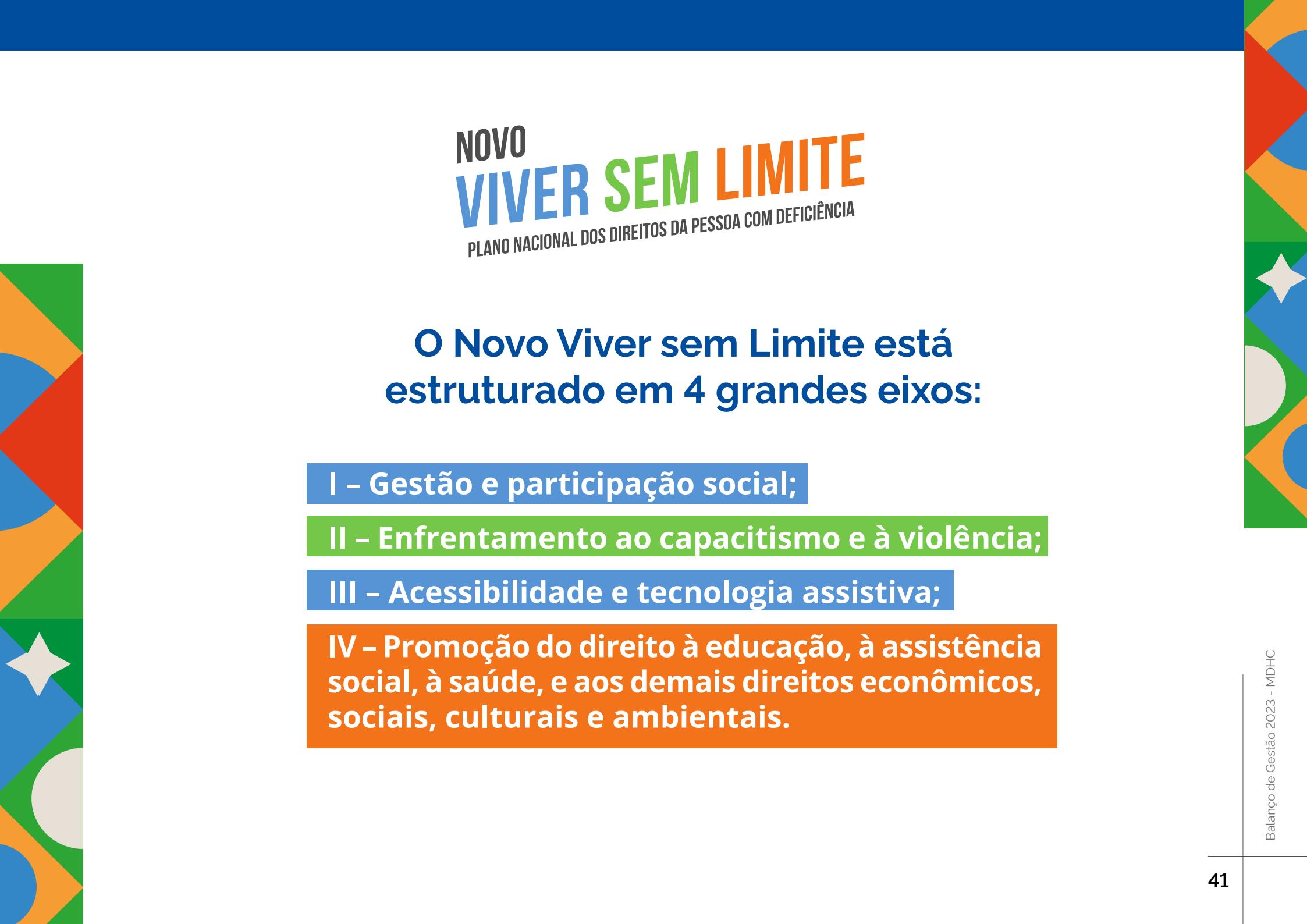


Faça a leitura do QR Code com a câmera do seu celular



DIFUSÃO DE DADOS SOBRE DEFICIÊNCIA

Lançamento e ampla divulgação, em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Pesquisa Nacional por Amostragem a Domicílio Contínua (PNAD Contínua) sobre Pessoas com Deficiência. Tais dados oferecem a primeira visão da situação das pessoas com deficiência do Brasil desde a pandemia de Covid-19, evidenciando graves índices de desigualdades sociais, sobretudo na educação e no mundo do trabalho.



NOVO VIVER SEM LIMITE

PLANO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

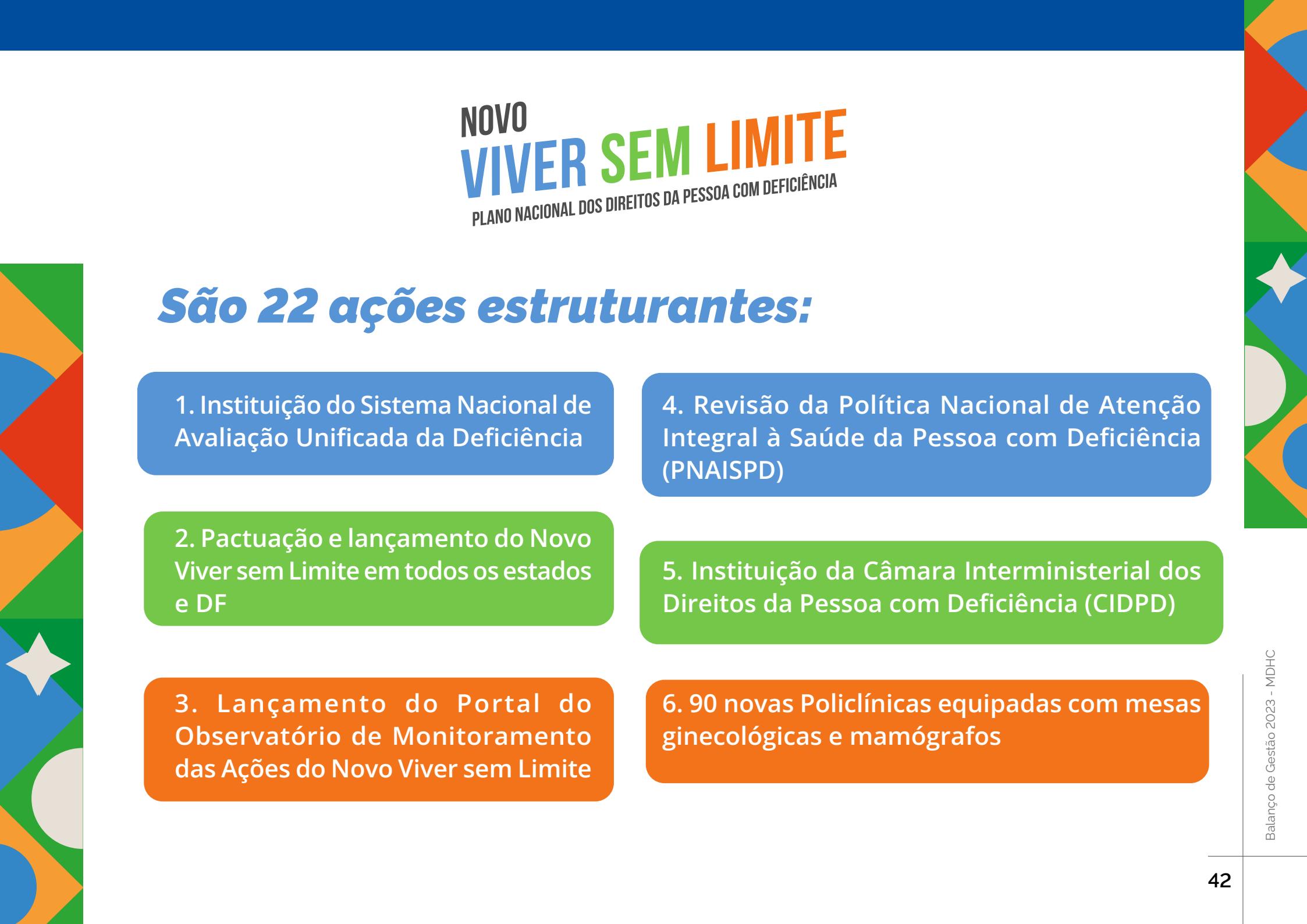
O Novo Viver sem Limite está estruturado em 4 grandes eixos:

I – Gestão e participação social;

II – Enfrentamento ao capacitismo e à violência;

III – Acessibilidade e tecnologia assistiva;

IV – Promoção do direito à educação, à assistência social, à saúde, e aos demais direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais.



NOVO VIVER SEM LIMITE

PLANO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

São 22 ações estruturantes:

1. Instituição do Sistema Nacional de Avaliação Unificada da Deficiência

4. Revisão da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência (PNAISPD)

2. Pactuação e lançamento do Novo Viver sem Limite em todos os estados e DF

5. Instituição da Câmara Interministerial dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CIDPD)

3. Lançamento do Portal do Observatório de Monitoramento das Ações do Novo Viver sem Limite

6. 90 novas Policlínicas equipadas com mesas ginecológicas e mamógrafos

NOVO VIVER SEM LIMITE

PLANO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

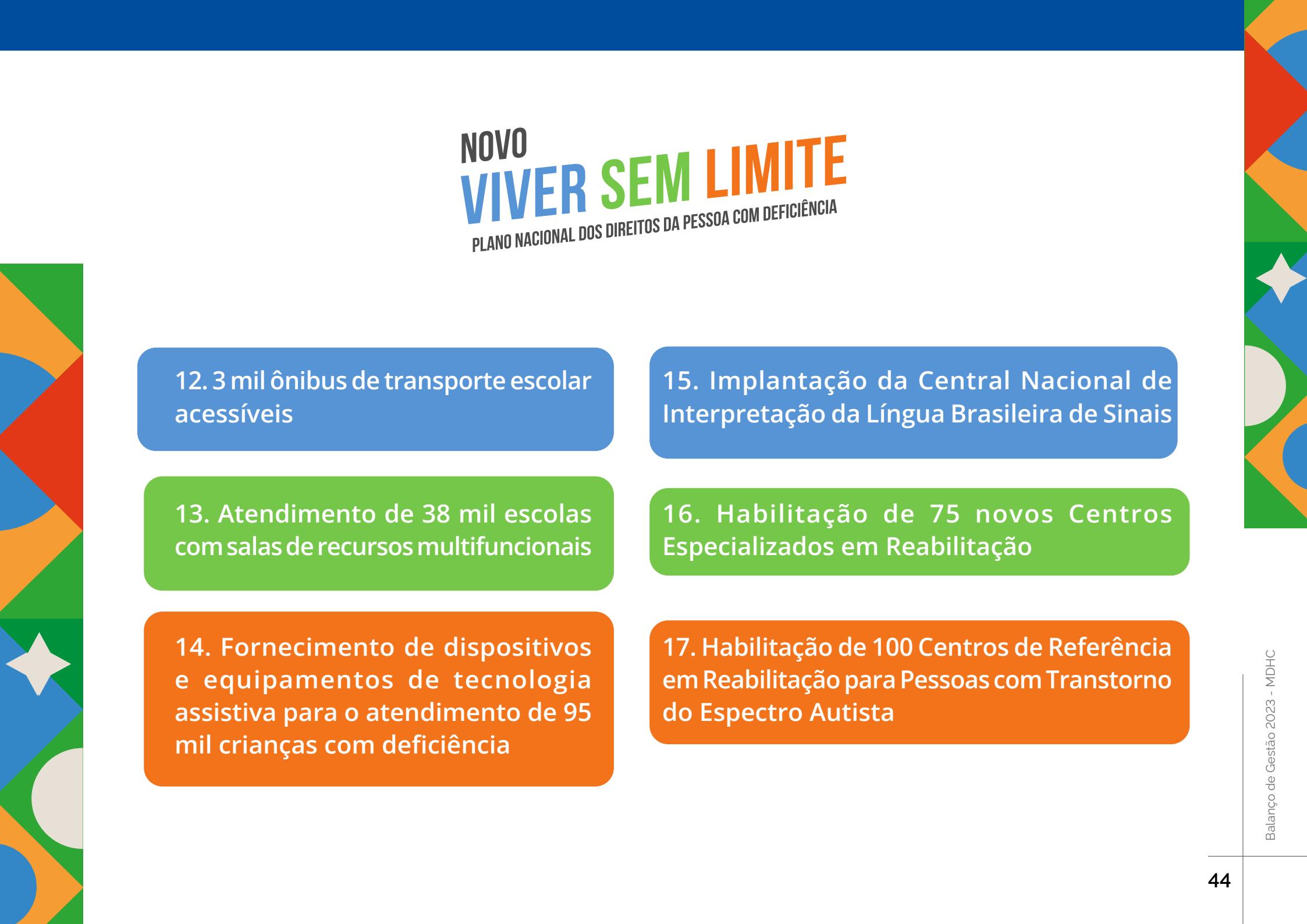
7. Instituição do Centro Nacional de Memória da Internação Compulsória

8. Publicação de livros (acadêmico e didático), promoção de exposições física e virtual sobre Direito à Memória, reconhecimento e reparação da escravidão às pessoas negras com deficiência

9. Formação de 15 mil Conselheiros Tutelares na temática da Promoção de Direitos da Criança e do Adolescente com Deficiência

10. Campanha no Disque Direitos Humanos para denúncias de capacitismo

11. Renovação da frota de ônibus urbanos para veículos com acessibilidade e tecnologia mais limpa



NOVO VIVER SEM LIMITE

PLANO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

12. 3 mil ônibus de transporte escolar acessíveis

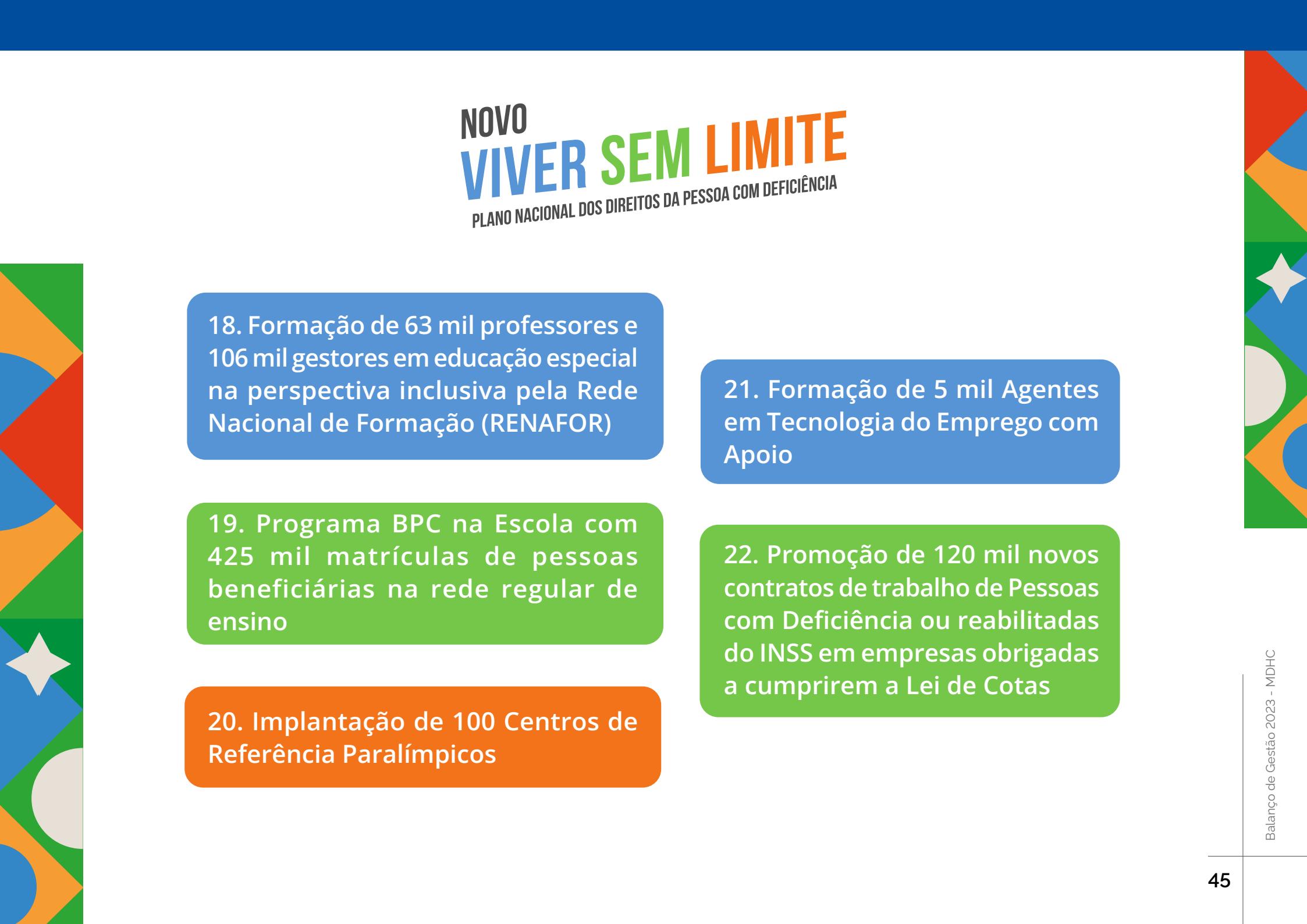
15. Implantação da Central Nacional de Interpretação da Língua Brasileira de Sinais

13. Atendimento de 38 mil escolas com salas de recursos multifuncionais

16. Habilitação de 75 novos Centros Especializados em Reabilitação

14. Fornecimento de dispositivos e equipamentos de tecnologia assistiva para o atendimento de 95 mil crianças com deficiência

17. Habilitação de 100 Centros de Referência em Reabilitação para Pessoas com Transtorno do Espectro Autista



NOVO VIVER SEM LIMITE

PLANO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

18. Formação de 63 mil professores e 106 mil gestores em educação especial na perspectiva inclusiva pela Rede Nacional de Formação (RENAFOR)

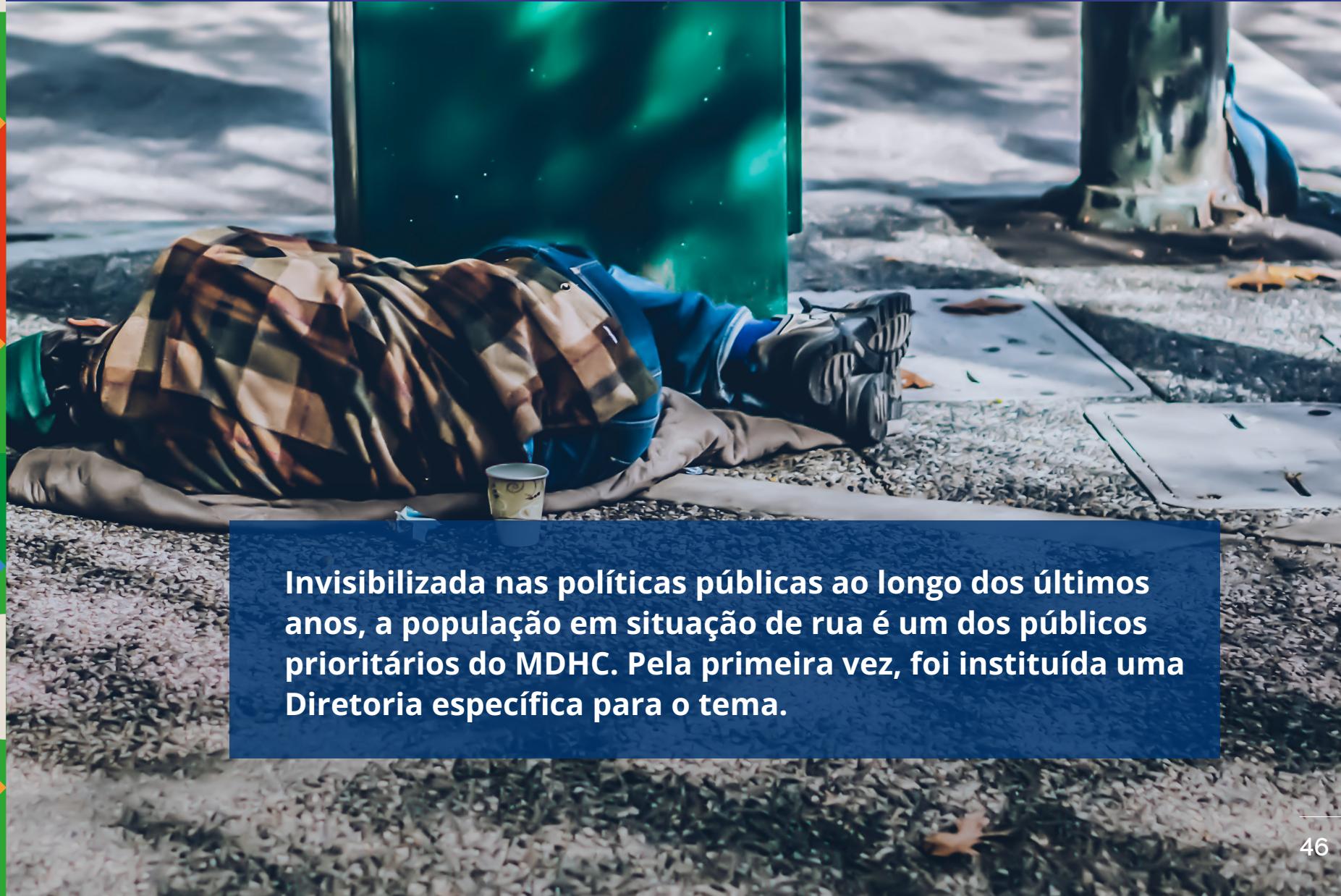
21. Formação de 5 mil Agentes em Tecnologia do Emprego com Apoio

19. Programa BPC na Escola com 425 mil matrículas de pessoas beneficiárias na rede regular de ensino

22. Promoção de 120 mil novos contratos de trabalho de Pessoas com Deficiência ou reabilitadas do INSS em empresas obrigadas a cumprirem a Lei de Cotas

20. Implantação de 100 Centros de Referência Paralímpicos

6. Ações para a População em Situação de Rua



Invisibilizada nas políticas públicas ao longo dos últimos anos, a população em situação de rua é um dos públicos prioritários do MDHC. Pela primeira vez, foi instituída uma Diretoria específica para o tema.

Ações do MDHC para a População em Situação de Rua



Plano Ruas Visíveis

Resultado de coordenação entre 12 ministérios, em diálogo com o Ciamp-Rua. Organizado em 7 eixos: **Assistência social e segurança alimentar; Saúde; Violência institucional; Cidadania, educação e cultura; Habitação; Trabalho e renda; e Produção e gestão de dados.** Lançamento: 11 de Dezembro de 2023

* A maior parte das ações já estava em formulação antes da decisão proferida pelo STF na ADPF 976

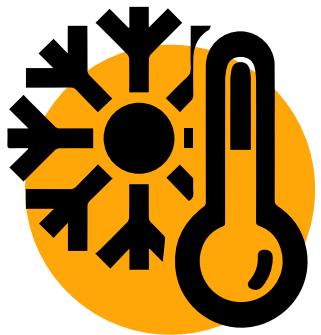


Programa Moradia Cidadã

Oferecer acesso à moradia, com acompanhamento de equipes multiprofissionais, para pessoas em situação crônica de rua

ORÇAMENTO (2024)
R\$ 3,75 milhões

Ações do MDHC para a População em Situação de Rua



Operação Inverno Acolhedor

Prevenir adoecimento e óbito por baixas temperaturas.

ORÇAMENTO
R\$ 5 milhões anual



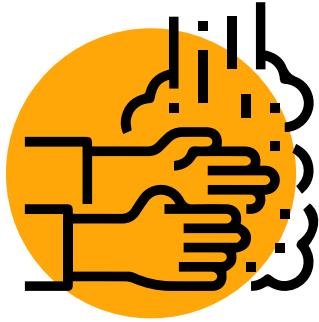
Protocolo para enfrentamento à violência institucional

Parceria com o MJSP para enfrentamento a violência contra a população em situação de rua.

Meta

Adesão de todas as capitais brasileiras

Ações do MDHC para a População em Situação de Rua



Criação de Pontos de Apoio da Rua (PAR)

Oferta de serviços diversos, como de higiene pessoal, bebedouros e bagageiros para a população em situação de rua.



Diagnóstico Preliminar

Estudo inicial para embasar políticas públicas.



Censo Nacional da População em Situação de Rua

Criação de Grupo de Trabalho Interinstitucional para desenvolvimento de metodologia

Ações do MDHC para a População em Situação de Rua

AÇÃO	ÓRGÃOS	PRAZO	INVESTIMENTO 2024 (R\$)	INVESTIMENTO 2024-2026 (R\$)
Disponibilização de 150 unidades habitacionais no âmbito do projeto-piloto do Programa Moradia Primeiro	MDHC, MDS, MS, MJSP, MCIDADES	dez./2024	3.745.975,74	-
Priorização de acesso ao Programa Minha Casa, Minha Vida para população em situação de rua, com publicação de portarias de regulamentação	MCIDADES, MDHC	mar./2024	-	-
Decreto de Regulamentação da Lei Padre Júlio Lancellotti, Lei nº 14.489/2022	MDHC, MGI, SPU, MCIDADES	dez./2023	-	

Ações do MDHC para a População em Situação de Rua

Criação e divulgação de canal de denúncias do Disque 100 - Disque Direitos Humanos sobre violência, arquitetura hostil e outras violações de direitos humanos da população em situação de rua	MDHC, Secom	dez./2023	-	-
Formação em 30 municípios de agentes de segurança pública para prevenção e enfrentamento à violência institucional contra a população em situação de rua	MDHC, MDS	dez./2023	500.000	-
Protocolo para enfrentamento à violência institucional contra a população em situação de rua, com adesão de todas as capitais brasileiras	MDHC, MJSP	dez./2024	-	-

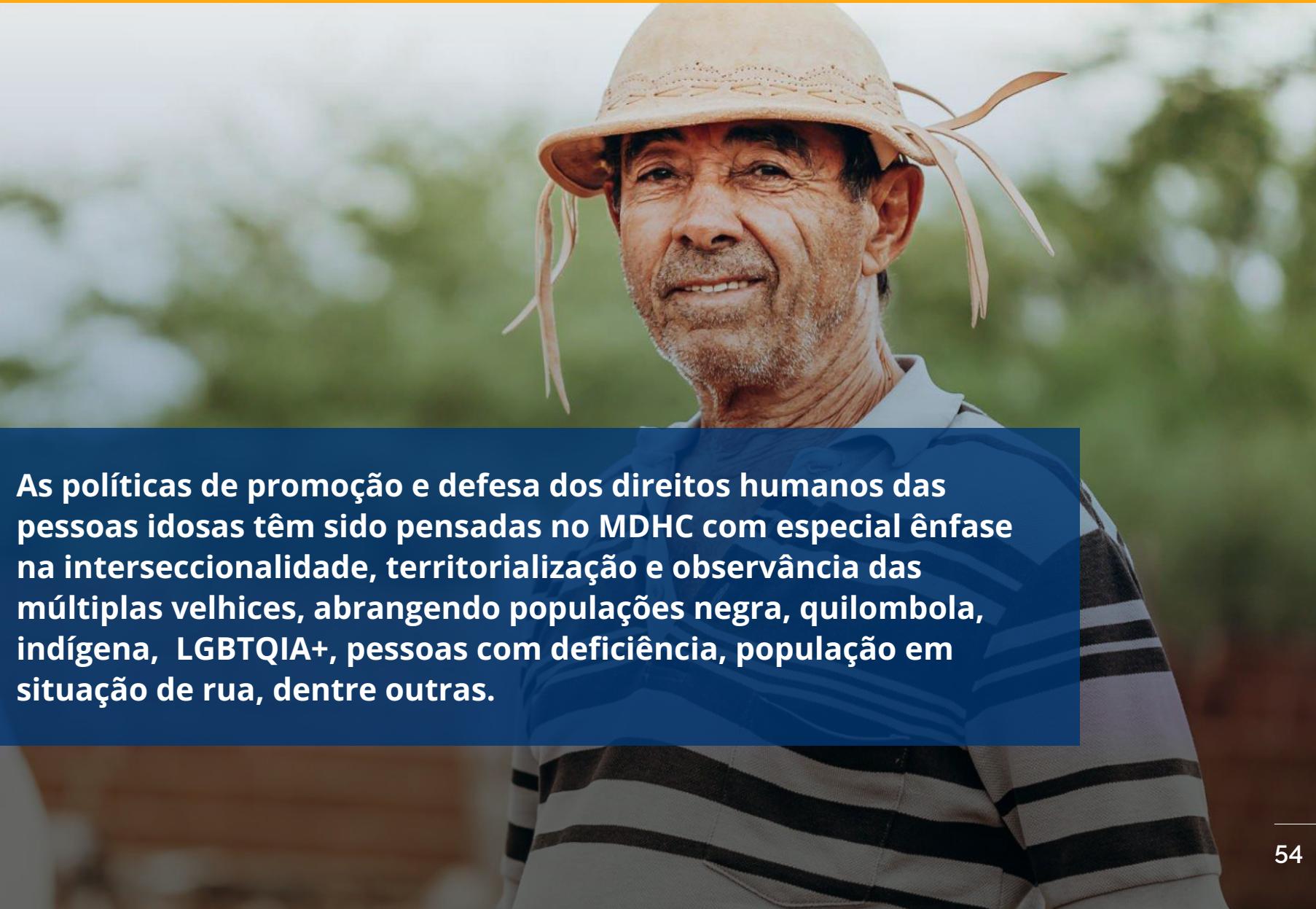
Ações do MDHC para a População em Situação de Rua

Atualização do Decreto nº 7.053/2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua	MDHC, MJSP, MDS, CIAMP-Rua	dez./2024	-	-
Elaboração de guia para atendimento à população em situação de rua, por meio da Plataforma INCLUA/Ipea e transformação do guia em curso para gestores locais.	MDHC, MDS, Ipea, Enap	dez./2024	-	-
Disponibilização de cartilha para profissionais da educação voltada à conscientização sobre aporofobia, difundida na rede escolar	MDHC, MEC	dez./2024	-	-
Realização de diagnóstico consolidado sobre população em situação de rua com dados do CadÚnico	MDHC	2023	-	-

Ações do MDHC para a População em Situação de Rua

Instituição de GT Interinstitucional (GTI) para desenhar metodologia do Censo para a população de rua	MDHC, MDS, Ipea, IBGE	2023	-	-
Realização de diagnóstico para entender o perfil das pessoas em situação de rua que não acessam os programas de transferência de renda	MDHC, MDS	após realização do Censo	-	-
Protocolo de divulgação de alertas meteorológicos	MDHC, MDR, MDS	2024	-	-

7. Defesa e Promoção dos Direitos das Pessoas Idosas pelo MDHC



As políticas de promoção e defesa dos direitos humanos das pessoas idosas têm sido pensadas no MDHC com especial ênfase na interseccionalidade, territorialização e observância das múltiplas velhices, abrangendo populações negra, quilombola, indígena, LGBTQIA+, pessoas com deficiência, população em situação de rua, dentre outras.

Ações Realizadas pelo MDHC

Campanha #EnvelhecerSemViolência

Enfrentar a violência contra a pessoa idosa e promover um envelhecimento digno e seguro.

Lançamento:
junho/2023



Vídeo “Assim
você me vê?”
Parceria com a
UNESCO.

Campanha Envelhecer é o nosso futuro

Lançamento:
outubro/2023



Vídeo “Envelhecer
é nosso futuro”
produzido pela
ASCOM do MDHC

Ações Realizadas pelo MDHC

Programa Envelhecer nos Territórios

Incentivar a institucionalização das políticas de direitos humanos da pessoa idosa em estados e municípios e mapear violações de direitos humanos de pessoas idosas .

**Lançamento:
setembro/2023**

**ORÇAMENTO
R\$ 5,8 milhões**



Programa Viva Mais Cidadania

Promover os Direitos Humanos e fortalecer direitos e cidadania de pessoas idosas vulneráveis, considerando diversidades sociais, étnicas e culturais para equidade e inclusão.

**Lançamento:
outubro/2023**

**ORÇAMENTO
R\$ 600.000**



O que será realizado até o final do ano

Programa Envelhecer nos Territórios



Incentivar a implementação de políticas estaduais e municipais específicas para a pessoa idosa, Balanço de Gestão 2023 - MDHC com participação social, pautada em problemas específicos apresentados nos territórios.

Envolve atuação de 390 Agentes de Direitos Humanos da Pessoa Idosa, mais de 150.000 visitas técnicas aos domicílios de pessoas idosas para identificação de violações e articulação de ações conjuntas para a solução das violações de direitos identificadas. O programa abarca ainda a formação em direitos e cidadania utilizando material educativo específico para alcance do público- alvo do Programa.

ORÇAMENTO
R\$ 5,8 milhões

8. População LGBTQIA+



Reconhecendo que, historicamente, a população LGBTQIA+ foi marginalizada e teve seus direitos violados, frequentemente alvos de violência física, psicológica e afetiva; de discriminação no trabalho; e de impedimentos no acesso à saúde; entre outras violações que precisam ser combatidas, foi criada a primeira Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, com reorientação dos esforços e recursos do MDHC para promoção de políticas de defesa dos direitos e da cidadania LGBTQIA+.

O que já foi feito



Campanha “Pessoas LGBTQIA+ existem e são importantes para nós”

- Parceria com a SECOM
- Ações de visibilidade em espaços simbólicos, nas Paradas do Orgulho LGBTQIA+ e outros eventos; parcerias com instituições públicas e privadas.

Lançamento:
junho/2023



População LGBTQIA+

Ação realizada:

Adesão do Brasil à Parceria Global contra Todas as Formas de Discriminação, iniciativa do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS)



Proteção de Direitos das Pessoas LGBTQIA+ em Aplicativos de Mobilidade - Assinatura de 10 Termos de Compromisso

Resultado esperado: campanhas de sensibilização e educação midiática, protocolos de suporte às pessoas vítimas de LGBTQIA+fobia, colaboração com autoridades para investigação desses casos e medidas para tornar os ambientes seguros e acolhedores.

População LGBTQIA+

Programa Acolher+ (Programa Nacional de Fortalecimento das Casas de Acolhimento LGBTQIA+)

Programas e projetos para a formação de defensores de direitos humanos LGBTQIA+, atuação nos territórios, fortalecimento de Casas de Acolhimento e de Centros de Cidadania LGBTQIA+.

1ª entrega

Programa de Casas de Acolhimento para Pessoas LGBTQIA+



Desenvolvimento e testagem de política pública baseada em tecnologias sociais de acolhimento para a população LGBTQIA+ em vulnerabilidade pela ruptura de vínculos familiares ou de abando familiar.

Parceria com a Fiocruz

Orçamento 2023: R\$ 1.900.000,00.

I Encontro Nacional de Conselhos LGBTQIA+, dez./2023, em Brasília.

População LGBTQIA+

Instituição da Comissão Nacional Intergestores da Política LGBTQIA+ (CNIPLGBTQIA+)

Instância colegiada de articulação, negociação e pactuação entre os gestores LGBTQIA+ das três esferas de governo para a regulamentação e a operacionalização das políticas públicas de direitos humanos LGBTQIA+. O CNIP foi instalado em Brasília na data de 7 de dezembro de 2023, em evento conjunto com a abertura do I Encontro Nacional dos Conselhos LGBTQIA+, com a participação do Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Instituição do Grupo de Trabalho Memória e Verdade LGBTQIA+

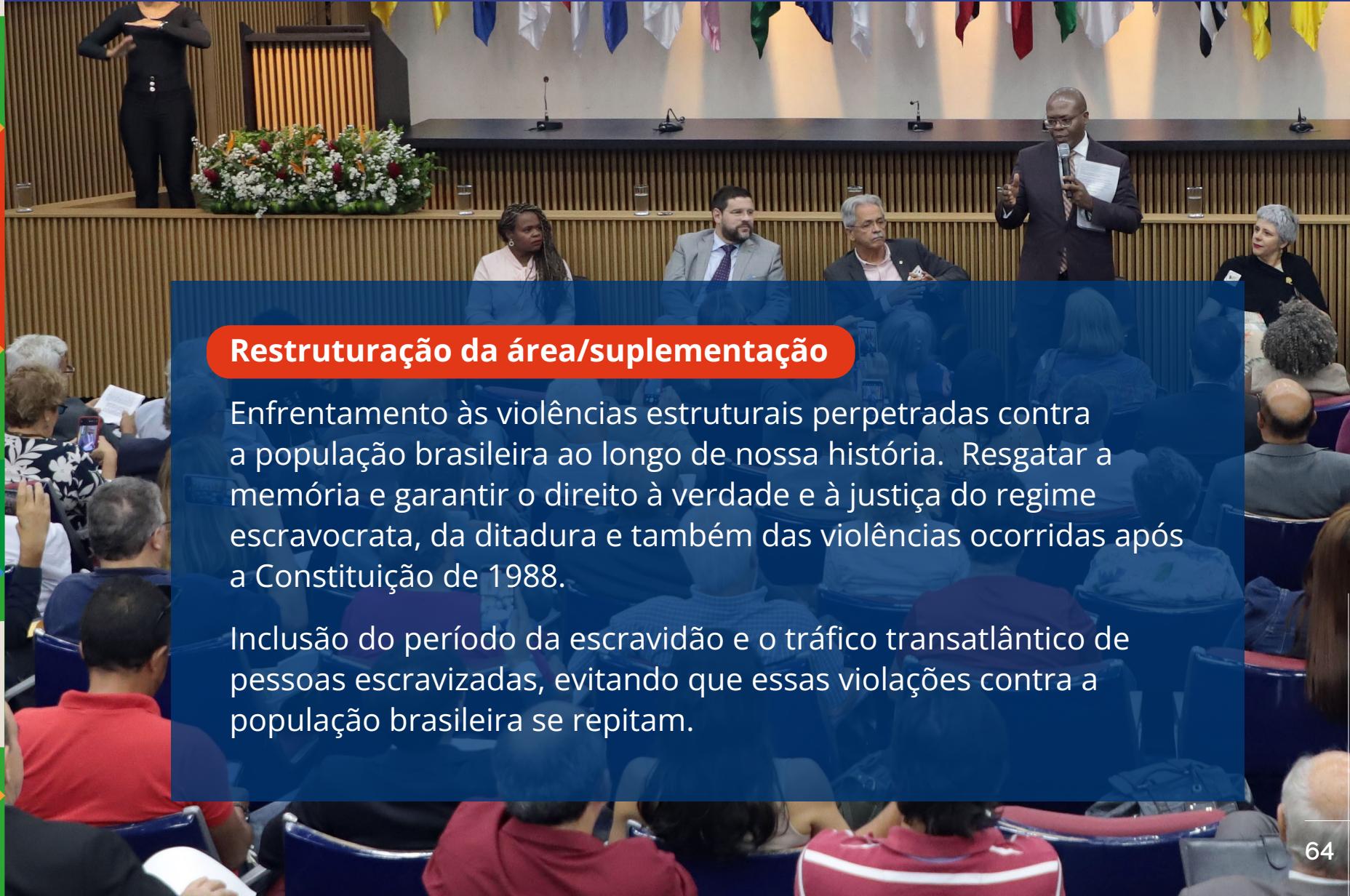
com vistas a elucidar as violações de direitos humanos contra as pessoas LGBTQIA+ na história brasileira, com a finalidade de garantir e efetivar os direitos à memória e à verdade histórica, e à dignidade das pessoas LGBTQIA+.

População LGBTQIA+

Realização do Encontro Nacional dos Centros de Cidadania LGBTQIA+

Realizado nos dias 9 a 11 de outubro em Fortaleza, viabilizou diálogo entre diversos Centros de Cidadania do país, garantindo troca de experiências e formação de redes, com foco no atendimento humanizado e na garantia de acesso a direitos, bem como levantamento de subsídios para elaboração da política da Secretaria Nacional para os Centros de Cidadania LGBTQIA+.

9. Entregas da comissão de anistia 2023



O que já foi feito

- **Em fevereiro**, o Conselho da Comissão de Anistia foi recomposto, com a nomeação de 21 conselheiras e conselheiros
- **Em março**, houve a redação e aprovação do Regimento Interno do Conselho.
- **No final de março**, durante a Semana do Nunca Mais, foi realizado o Encontro do Ministro com o Conselho, as pessoas anistiadas, anistiadas e as organizações da sociedade civil, assim como a 1^a Sessão de Julgamento do Conselho.

O que já foi feito

- **Ao longo do ano**, foram realizadas 8 Sessões de Julgamento do Conselho de Anistia, com a apreciação de mais de 80 requerimentos de anistia.
- **Em agosto**, data de memoração da Lei de Anistia, foi realizado o Seminário “Anistia, Justiça de Transição e a Democracia no Brasil”.
- **Ainda, ao longo do ano**, a fim de atender às expectativas da sociedade civil sobre a volta da Comissão de Anistia, dezenas de atendimentos presenciais de pessoas anistiadas e suas representações foram realizadas. Também centenas de pessoas anistiadas e suas representações foram atendidas por telefone e e-mail.

O que já foi feito

- **Semana do Nunca Mais:** em março de 2023, com uma campanha de comunicação e série de ações no marco dos 59 anos do golpe de 1964, as quais prezavam pela não-repetição das violências ocorridas. Nessa ocasião, foram recebidos familiares de pessoas desaparecidas, além de anistiados e anistiando políticos.
- **"Fala da Terra: memória e futuro das lutas no campo":** no marco dos 75 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, foi realizado o evento "Fala da Terra: memória e futuro das lutas no campo" em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar no qual foi realizado o pedido de desculpas públicas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em ocasião da colaboração do órgão na repressão na ditadura militar.

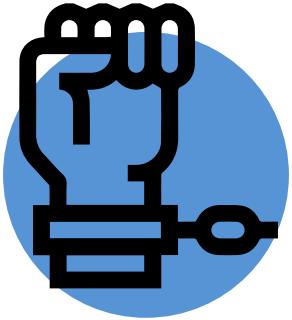
O que já foi feito

Acervo “NOSSO SAGRADO”

Preservação do acervo composto por peças religiosas de matriz africana apreendidas pelo Estado brasileiro, que será ampliado por meio de acordo de cooperação celebrado com o Museu da República e a Defensoria Pública da União.

Análise de informações em inquéritos policiais sobre apreensão de bens religiosos afro-brasileiros em terreiros de candomblé e umbanda realizada no Rio de Janeiro entre 1890 e 1946, para confecção de um dossiê de memória e verdade sobre a perseguição das religiões de matriz africana durante a 1^a República.

Já foi lançado o projeto Placas de Memória da Escravidão e do Tráfico Transatlântico de Pessoas Escravizadas



Placas de Memória da Escravidão e do Tráfico Transatlântico de Pessoas Escravizadas

Resgatar a história e preservar a memória de um passado nefasto que ainda causa desigualdades étnicas no Brasil.

O projeto está dividido em duas etapas:

Primeira etapa

Elaboração e fixação de placas alusivas ao reconhecimento pelo programa *Rotas do Escravizado* da UNESCO de cem lugares de memória dos africanos escravizados no Brasil, situados em 16 diferentes unidades da Federação.

Segunda etapa

Ampliar a política de memória da escravidão nas regiões sinalizadas. Será realizada a disseminação do projeto, por meio de plataformas digitais, e a educação e cultura em direitos humanos, por meio da elaboração de material pedagógico e de apoio para professoras e professores, para cumprimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que torna obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena, marco da educação antirracista no Brasil.

10. Promoção do Registro Civil de Nascimento



Retomada das ações itinerantes de emissão de documentos, na esteira do compromisso nacional pela erradicação do sub-registro civil de nascimento e pela garantia de acesso à documentação básica.

Objetivo	Público-alvo dos mutirões	Alcance
Levar a documentação básica a grupos de pessoas que não têm acesso aos serviços de registro civil.	Pessoas em situação de hipossuficiência, população em situação de rua, povos indígenas, comunidades quilombolas, população ribeirinha, população em situação de privação de liberdade, crianças e adolescentes.	Foco especial nas regiões Norte e Nordeste do país, que apresentam os índices mais altos de sub-registro de nascimento.

O que já foi feito

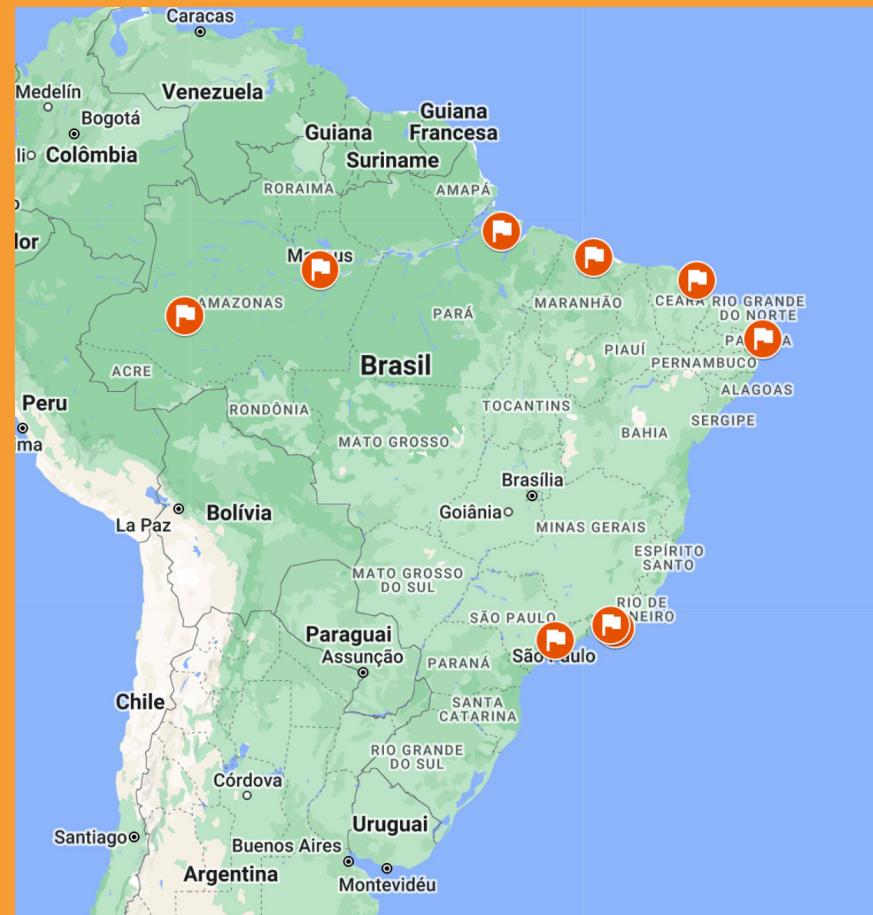
4 mutirões para emissão de documentos em diferentes partes do país

Pará - Arquipélago de Marajó
setembro

Paraíba - João Pessoa
outubro

São Paulo - São Paulo
outubro

Maranhão - Alcântara
outubro



Mutirões já realizados

5 mutirões

Ceará - Fortaleza - **novembro**

Rio de Janeiro - Rio de Janeiro - **dezembro**

Rio de Janeiro - Belford Roxo - **dezembro**

Amazonas - Marari - **dezembro**

Amazonas - Manaus - **dezembro**



Proteção a Defensores de Direitos Humanos

Nos últimos anos, houve uma escalada da violência contra defensores de direitos humanos, somada ao desmonte dos programas de proteção.

Por esse motivo, e como parte do cumprimento das determinações da Corte IDH, foi criado o

Grupo de Trabalho Técnico Sales Pimenta (GTT)

Objetivo:

Reestruturação do **Programa de Proteção a Defensores e Defensoras de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH)**

O GTT Sales Pimenta reconhece a necessidade de reestruturação das estratégias de proteção, e a sua composição prevê um amplo debate com a sociedade civil nesse processo

Composto por 20 representantes governamentais e 20 da sociedade civil



Entregas:

Plano Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, aos Comunicadores e aos Ambientalistas

Anteprojeto de Lei sobre a Política Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas

* O nome do grupo é em homenagem a Gabriel Sales Pimenta, advogado e defensor de direitos humanos, assassinado em 1982, em decorrência de sua luta na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais no Pará.

* O GTT iniciou os trabalhos em novembro e terá 180 dias para a entrega do Plano.

11. A retomada do Brasil no cenário internacional dos Direitos Humanos

Eleição do Brasil para o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas

MANDATO 2024-2026

Eleições no dia 10 de outubro.

Em maio, Silvio Almeida participou de evento de lançamento de campanha no Palácio do Itamaraty.

Em setembro, em Nova York, participou de evento de promoção da candidatura e realizou diversos encontros bilaterais.

Com 144 votos, o Brasil foi eleito.

Ações para implementação das medidas cautelares mc-449-22 (bruno pereira, dom phillips e representantes da unijava)

Destaca-se que, recentemente, a Assessoria Internacional coordenou a Mesa de Trabalho Conjunta para lançamento do Plano de Ação no caso Bruno Pereira, Dom Phillips e representantes da UNIJAVA. O plano foi elaborado com base em cinco reuniões do Grupo de Articulação e Coordenação Nacional intitulado pela Mesa de Trabalho Conjunta específica para o caso.

O grupo foi composto por representantes das organizações peticionárias (UNIJAVA, Artigo 19, Repórteres sem Fronteiras, OPI, ABRAJI, WBO e Instituto Tornavoz), membros do estado brasileiro (MRE, MPI, MJSP, AGU, FUNAI e MMA) e beneficiários da medida cautelar.

Ações para implementação das medidas cautelares mc-449-22 (bruno pereira, dom phillips e representantes da univaja)



O Plano de Ação têm como objetivos: o fortalecer o Programa de Proteção de Defensores dos Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH); a implementar e coperação técnica da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH); a identificar oportunidades e desafios para garantia dos povos indígenas, comunicadores e ambientalistas que atuam na região do Vale do Javari; implementar medidas para melhoria do processo de investigação de crimes contra povos indígenas; e por fim, acelerar o processo de ratificação para incorporação do Acordo de Escazú.

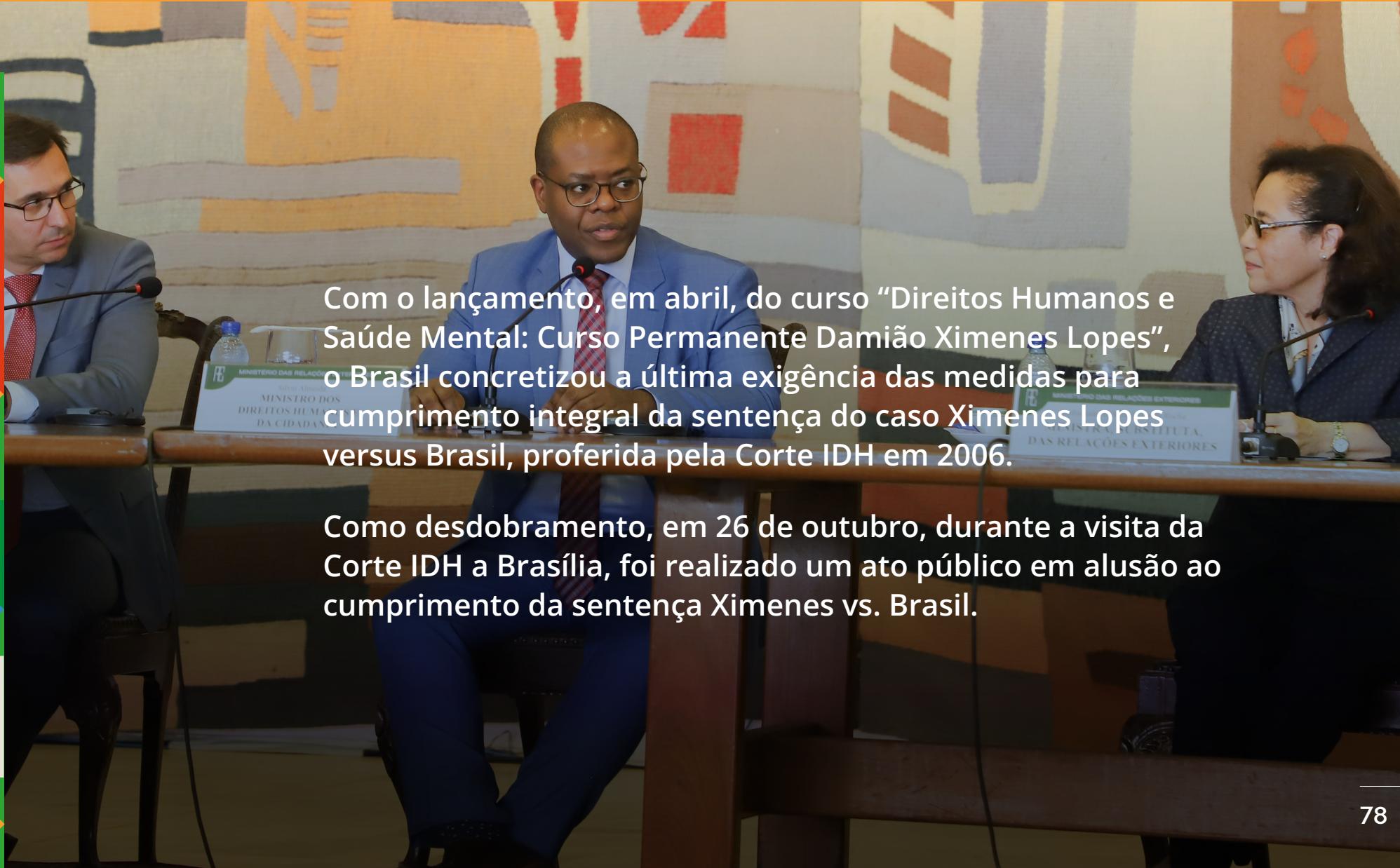
Corte Interamericana de Direitos Humanos



Pagamento de Indenizações

Caso	Ações	Valor Total
Fábrica de Fogos	Pagamento de 158 indenizações às vítimas e familiares	R\$ 32.061.362,17
Herzog	Todas as indenizações devidas foram pagas	R\$ 889.000,00

Conclusão do cumprimento da sentença no caso “Damião Ximenes Lopes” (2006)



Com o lançamento, em abril, do curso “Direitos Humanos e Saúde Mental: Curso Permanente Damião Ximenes Lopes”, o Brasil concretizou a última exigência das medidas para cumprimento integral da sentença do caso Ximenes Lopes versus Brasil, proferida pela Corte IDH em 2006.

Como desdobramento, em 26 de outubro, durante a visita da Corte IDH a Brasília, foi realizado um ato público em alusão ao cumprimento da sentença Ximenes vs. Brasil.

18 reuniões de trabalho

Casos:

- Fátima Regina Nascimento de Oliveira e Maura Tatiane Ferreira Alves vs Brasil;
- Antônio Martins Alves vs Brasil;
- Maria da Penha vs Brasil;
- Luiza Melinho vs Brasil;
- Raposa Serra do Sol vs Brasil;
- Comunidade Guyraroká vs Brasil;
- Comunidades Remanescentes Quilombola de Rio dos Macacos vs Brasil;

- Território Quilombola Boa Hora vs Brasil;
- Adolescentes internados no Ceará vs Brasil;
- Benny Briolly vs Brasil;
- Monica Tereza Azevedo Benicio vs Brasil;
- Joana D'Arc Mendes vs Brasil;
- André Luiz Moreira vs Brasil;
- Jean Wyllys vs Brasil;
- Membros da comunidade Guapo'y do Povo Indígena Guarani Kaiowá vs Brasil;
- Manoel Barbosa da Costa e outros vs Brasil;
- Dom e Bruno vs Brasil

4 reuniões temáticas

- Lei de alienação parental;
- Uso de tecnologia de reconhecimento facial em contextos ligados aos direitos humanos;
- Direitos sexuais e reprodutivos;
- Atuação do Estado brasileiro na proteção de adolescentes e crianças trans.



Visita da Comissão Interamericana de Direitos Humanos ao Brasil



Acompanhamento nas missões ao Rio de Janeiro e ao Maranhão, incluindo uma visita no local à Terra Indígena Arariboia, habitada pelos povos Guajajara e Awá.

Cerca de **150 relatórios foram enviados pelo MDHC** sobre diversos casos em andamento.

Reunião de Altas Autoridades sobre Direitos Humanos do Mercosul (RAADH)

Participação na XLI RAADH, em Buenos Aires, em maio

Realização, sob a presidência brasileira, da XLII RAADH, em novembro, com o eixo temático central “Desinformação, Liberdade de Expressão e Enfrentamento ao Discurso de Ódio”

Participações Internacionais

Seguimento de alto nível - Conselho de Direitos Humanos da ONU

Exames do Brasil relativos a Tratados Internacionais de Direitos Humanos

Comitê contra a Tortura da ONU (CAT) Abril/2023:

Chefia da delegação brasileira no exame relativo ao segundo relatório periódico do Brasil sobre a implementação da Convenção contra a Tortura e outros tratamentos ou penas cruéis e atos desumanos ou degradantes da ONU, ratificada em 1989.

Comitê de Direitos Humanos da ONU (Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos) Junho/2023:

Chefia da delegação brasileira no exame relativo ao terceiro relatório do Brasil sobre a implementação do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, ratificado pelo Brasil em 1992.

Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (CDESC) Setembro/2023:

Chefia da delegação brasileira no exame relativo ao terceiro relatório do Brasil sobre a implementação do Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ratificado pelo Brasil em 1992.

Audiências e supervisão de sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos

Audiências de instrução:

- Airton Honorato e outros vs Brasil
- Comunidades Quilombolas de Alcântara vs Brasil
- Neusa dos Santos Nascimento e Outra vs Brasil
- Leite de Souza e outros vs Brasil

Audiências de supervisão:

- Herzog vs Brasil
- Empregados da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus vs Brasil
- Favela Nova Brasilia vs Brasil
- Povos Yanomami, Ye'Kwana e Munduruku vs Brasil

Negociação do Tratado Internacional sobre empresas e direitos humanos no âmbito do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas

9^a sessão do grupo de trabalho intergovernamental de composição aberta sobre corporações transnacionais e outras empresas, em novembro de 2023, com respeito aos direitos humanos, que tem como mandato elaborar tratado internacional sobre direitos humanos e empresas.

Em negociação desde 2015, ressalta-se o ineditismo da posição brasileira consistente com a primazia dos direitos humanos sobre as leis de mercado e o foco nas pessoas atingidas.

Grupo de Trabalho Interministerial para Titulação Territorial das Comunidades Remanescentes de Quilombos de Alcântara

Busca de alternativas para a titulação territorial das Comunidades Remanescentes de Quilombos de Alcântara, de maneira compatível a seus interesses e aos do Centro Espacial de Alcântara, e regulamentação de protocolos de Consultas Prévias, Livres e Informadas às Comunidades Remanescentes de Quilombos de Alcântara.

*** Grupo de trabalho instituído pelo Decreto nº 11.502, de 25 de abril de 2023**

Acordo de Escazú

O acordo regional busca garantir os direitos de acesso à informação, participação pública e à Justiça em assuntos ambientais na América Latina e no Caribe. Em conjunto com os ministérios das Relações Exteriores, dos Povos Indígenas e do Meio Ambiente, o MDHC enviou, nos primeiros 100 dias de governo, proposta de mensagem ao Congresso Nacional para a ratificação brasileira ao acordo.

12. Cidadania Marajó



CIDADANIA
MARAJÓ

O programa tem o objetivo de enfrentar o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes e promover direitos humanos e acesso a políticas públicas no arquipélago do Marajó, no estado do Pará.

Substituiu o antigo *Abrace o Marajó*, implantado pela gestão anterior, sem participação social, a partir de um discurso estigmatizante da população marajoara e que aprofundou desigualdades.

Ações realizadas

- ◆ Envio de Comitiva, em maio de 2023, para diagnóstico situacional, articulação institucional e, especialmente, escuta da sociedade civil organizada e comunidades locais sobre situações de violações de direitos humanos, capacidades institucionais do sistema de garantia de direitos para a defesa e promoção dos direitos humanos e reconstrução dos canais de participação social;
- ◆ Revogação do antigo Programa, em setembro;
- ◆ Instalação do Fórum Permanente da Sociedade Civil do Marajó, para garantir o diálogo e a escuta da população marajoara em relação às políticas públicas desenvolvidas no território, tendo sido realizada duas Reuniões Ordinárias presenciais, em Belém/PA, e três reuniões temáticas por videoconferência;
- ◆ Duas ações das Ouvidorias Itinerantes, uma no Marajó Ocidental (maio) e outra no Marajó Oriental (setembro) com a oferta de serviços de saúde e de cidadania, como a obtenção de registro civil de nascimento e de documentação básica e o acesso das pessoas com deficiência ao Cadastro Único e a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), bem como divulgação do Disque-100; Cerca de 25 mil pessoas atendidas;

Ações realizadas

- ◆ Cooperação Técnica com o MMA, MIR, MDA e MAPA para a construção do Plano de Resposta Socioambiental, para garantia do direito ao território, segurança alimentar e proteção socioambiental da comunidade marajoara, tendo sido enviada Comitiva para o território entre os dias 25 e 29 de setembro, com a participação do Ministério da Saúde (MS), do Ministério das Mulheres (MM), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Superintendência Nordeste do Pará (INCRA NE/PA), da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), do Instituto Chico Mendes (ICMBio), do Instituto Evandro Chagas e do Governo Estadual do Pará, por meio da Secretaria Estadual de Igualdade Racial e Direitos Humanos (SIRDH) e da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMAS), tendo sido convidados representantes da Defensoria Pública da União (DPU) e do Ministério Público Federal (MPF), a programação contou com Audiência Pública com os Quilombos na Comunidade de Rosário, em Salvaterra, e Audiência Pública na ocupação pelos agrotóxicos, em Cachoeira do Arari, bem como reunião com as prefeituras dos municípios visitados e participação na reunião do Fórum, em Belém/PA; nos dias 13 e 14 de dezembro a comitiva esteve novamente reunida com o colegiado, em Belém/PA;

Ações realizadas

- ◆ Cooperação Técnica com o Governo do Estado do Pará para a implantação de Centros de Referência de Direitos Humanos integrados com as futuras Usinas da Paz;
- ◆ Cooperação Técnica com a Itaipú Binacional para a doação de lanchas destinadas à equipagem dos Conselhos Tutelares dos municípios do Marajó;
- ◆ Descentralização de recursos para o Incra com objetivo de acelerar o processo de titulação dos territórios quilombolas;
- ◆ Descentralização de recursos para o MDS com objetivo de aquisição de 6000 cestas de alimentos para a população marajoara em situação de vulnerabilidade dos 17 municípios, agravada pelos problemas com a estiagem e a seca que enfrentam na região;
- ◆ Inclusão do Programa no Plano Regional do Desenvolvimento da Amazônia (PRDA) – 2024/2027, da Sudam; composição no Comitê Executivo do Plano de Ação Regional dos Arquipélagos do Marajó e Bailique;

Ações realizadas

- ◆ Articulação com o MDS sobre as atividades das Caravanas do Plano Brasil Sem Fome para garantir maior investimento na região;
- ◆ Prioridade para projetos realizados no Arquipélago do Marajó, no Edital do Prêmio Cidadania na Periferia, lançado em dezembro, iniciativa do MDHC em parceria com a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom/PR);

Ações Futuras

- ◆ Transferência de aproximadamente R\$ 1,5 milhão para a Marinha, para construção de duas lanchas sociais para fortalecer a atuação dos Conselhos Tutelares da região e o acesso às políticas de saúde e educação – ação a ser articulada no próximo ano. Recurso destinado parcialmente para o TED com o MDS devido a situação de emergência na região;
- ◆ Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério da Educação para melhorar as políticas de conectividade e de alimentação escolar;
- ◆ Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério da Saúde para aprimorar a oferta de políticas de saúde básica e especializada na região;

13. Observa DH

Construção e divulgação de indicadores de direitos humanos

Objetivos

- Realizar e divulgar pesquisas, análises e estudos que contribuam para o aperfeiçoamento das políticas e programas do MDHC
- Fortalecer a agenda nacional de políticas informadas por evidências em direitos humanos e articular parcerias com institutos de pesquisa, universidades e organizações não governamentais para produção de conhecimento aplicável às políticas públicas de direitos humanos

- 1** Mapeamento e extração de dados de mais de 35 bases de dados para alimentação do ObservaDH
- 2** Oficina com gestores estaduais de direitos humanos e representantes da sociedade civil
- 3** Acordos de Cooperação Técnica com IPEA, CNJ, Itaipu Binacional e UFPR (ACTs em vias de assinatura com IBGE e UFT)
- 4** Publicação de Relatório com perfil da população em situação de rua no Brasil
- 5** Disponibilização de Painel de dados sobre a população em situação de rua no Brasil
- 6** Oficina realizada com representantes dos movimentos sociais de pessoas em situação de rua sobre dados e perfil dessa população
- 7** Publicação de Relatório com perfil das pessoas com deficiência no Brasil

Ações realizadas

1

Lançamento do Observatório Nacional de Direitos Humanos (ObservaDH)

2

Criação da Rede Nacional de Evidências em Direitos Humanos (RENEDH)



14. Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos • Disque 100



Retomada do Disque 100 como canal acessível,
permanente e prático de registro de denúncias de
violações de direitos humanos.

O que já foi feito

1

Novas protocolos de atuação foram criados, bem como novas Unidades de Respostas Auditáveis (URAs), permitindo a inclusão de novos grupos vulneráveis específicos entre os alvos de violações

2

Intensa divulgação junto à sociedade, por meio de campanhas de comunicação e parcerias com instituições e entidades

3

Crescimento da credibilidade e do número de denúncias e tipos de violações registrados

O que já foi feito

Escuta Ativa com a sociedade e atores locais	Capacitações da Central de Atendimento
Encontros	Temáticas
<ul style="list-style-type: none">Brasília (DF) - diferentes movimentos sociais para denúncia de violações coletivasRoraima (RR), Mato Grosso do Sul (MS), São Paulo (SP) e Amazonas (AM) – Diálogos e visita aos territórios Yanomami e Ye'kwana (RR), Guarani Kaiowá (MS), Terena (MS), Guarani (SP), e encontro de lideranças indígenas do Sul do Amazonas.Litoral Norte de São Paulo (SP) e Maceió (AL) - pessoas atingidas em situações de desastres socioambientais ou naturaisArquipélago do Marajó (PA) - Programa Cidadania Marajó e constituição do Fórum Permanente da Sociedade Civil do Marajó	<ul style="list-style-type: none">Conceitos sobre deficiência e a perspectiva da linguagem simplesLiberdade religiosa, intolerância religiosa e racismo religiosoPrograma de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (Provita)<ul style="list-style-type: none">Violência sexual contra crianças e adolescentesViolações contra a pessoa idosaViolações de direitos contra a população em situação de rua<ul style="list-style-type: none">Acolhimento e atendimento para a população LGBTQIA+Encaminhamento de Denúncias de Brasileiros no Exterior

O que já foi feito



ATENDIMENTOS

2022 (janeiro a outubro)

243.590 protocolos de denúncia

2023 (janeiro a outubro)

278.927 protocolos de denúncias

aumento de 14,51%



DENÚNCIAS

2022 (janeiro a outubro)

310.968 denúncias

2023 (janeiro a outubro)

435.607 denúncias

aumento de 40,08%



VIOLAÇÕES

2022 (janeiro a outubro)

1.614.023 violações

2023 (janeiro a outubro)

2.829.347 violações

aumento de 75,30%

O que já foi feito

Mapa de atendimento por região

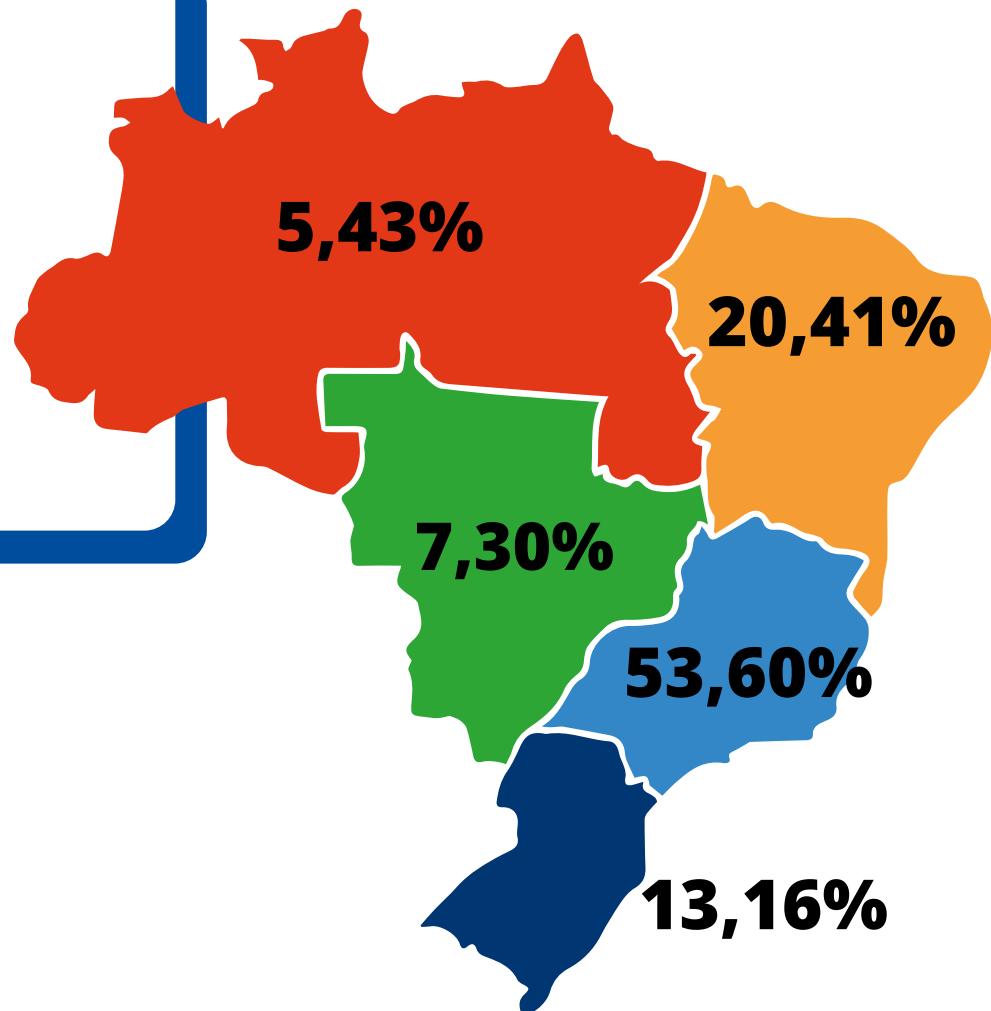
Centro-Oeste - TOTAL: 31.811

Nordeste - TOTAL: 87.696

Norte - TOTAL: 23.323

Sudeste - TOTAL: 230.284

Sul - TOTAL: 56.535



15. Enfrentamento à crise na Terra Indígena Yanomami • Roraima (RR)

Objetivo

Proteção integral de crianças e adolescentes; proteção à vida de lideranças ameaçadas; enfrentamento ao discurso de ódio contra indígenas da região.

O que já foi feito

- 1** Instituiu-se o Gabinete de Crise, envolvendo diferentes áreas da Pasta, com a finalidade de dar resposta intersetorial às violações de direitos humanos em curso.
- 2** Diagnóstico situacional e plano de ação, com medidas emergenciais, de médio e de longo prazo, que estão em implementação.
- 3** Acompanhamento por antropólogo especializado no povo Yanomami, a fim de assegurar o respeito e a adequação cultural de cada medida.

Enfrentamento à crise na Terra Indígena Yanomami

Parcerias com a Universidade Federal de Roraima (UFRR) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), totalizando investimento de

R\$2.160.000,00

UFRR - Implantação do Observatório de Direitos Humanos e Povos Indígenas no Instituto Insikiran

UFMG - Ações de proteção coletiva, no âmbito do Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH) e de formação em direitos humanos

AÇÕES EMERGENCIAIS (janeiro a julho de 2023)

- ◆ Diagnóstico situacional
- ◆ Articulação interinstitucional
- ◆ Articulação do Sistema de Garantia de Direitos de Roraima, para a construção de ações colaborativas de fortalecimento dos direitos e das políticas públicas de atendimento
- ◆ Atualização dos contextos de risco e a elaboração de planos de proteção individuais e/ou coletivos, e, ainda, quando necessário, a inclusão de defensores/as de direitos humanos no Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas
- ◆ Monitoramento da atuação da Equipe Federal do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH)
- ◆ Monitoramento do cumprimento da decisão proferida na ADPF 709, do Supremo Tribunal Federal
- ◆ Monitoramento do cumprimento das medidas provisórias proferidas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos

AÇÕES EM CURSO

- ◆ Plano Nacional de Proteção aos Defensores e Defensoras dos Direitos Humanos e do Anteprojeto de Lei substitutivo ao PL 4575/2009 (Lei que institui o PNPDHH)
- ◆ Aperfeiçoamento do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas, com adequações para atendimento a pessoas indígenas
- ◆ Tratamento de denúncias de trabalho escravo de indígenas e não indígenas
- ◆ Oferta de formação sobre saúde mental e direitos humanos, com conteúdo sobre interculturalidade e depoimento especial de vítimas de violência
- ◆ Articulação com o Sistema de Garantia de Direitos de Roraima, para a estruturação de mecanismos de realização do depoimento especial e a escuta especializada de crianças Yanomami vítimas ou testemunhas de violência
- ◆ Implantação do Programa de Proteção da Criança e do Adolescente Ameaçado de Morte (PPCAAM) em Roraima
- ◆ Acompanhamento do processo de desintrusão do garimpo na Terra Indígena Yanomami, a fim de evitar e encaminhar eventuais violações de direitos humanos
- ◆ Projeto Promotores Indígenas de Direitos Humanos
- ◆ Formação continuada de profissionais do Sistema de Garantia de Direitos dos municípios que perpassam a Terra Indígena Yanomami
- ◆ Equipagem de Conselhos Tutelares dos oito municípios do entorno da Terra Indígena Yanomami, com pactuação de contrapartidas, por meio do EquipaDH+
- ◆ Enfrentamento a discursos de ódio contra povos indígenas em Roraima
- ◆ Oferta de formação sobre direitos humanos e abordagem intercultural para profissionais que atuam na Terra Indígena Yanomami, com foco em profissionais de saúde e educação

16. Enfrentamento ao Discurso de Ódio

O que já foi feito

- ◆ Instituição do Grupo de Trabalho para apresentação de estratégias de combate ao discurso de ódio e ao extremismo
- ◆ Relatório de Recomendações para o Enfrentamento ao Discurso de Ódio e ao Extremismo no Brasil
- ◆ Implementada a Operação Escola Segura, de combate à violência nas escolas, o Disque 100 passou a receber denúncias de possíveis ataques a instituições de ensino
- ◆ Parceria entre o Ciber Lab da Polícia Federal e a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos para o recebimento de denúncias de ameaças extremistas

Enfrentamento ao Discurso de Ódio

O que será realizado até o final do ano

- ◆ Implementação de Escolas de Conselho, para formação continuada em direitos de crianças e adolescentes para os atores do sistema de garantia de direitos, com oferta de cerca de 20 mil vagas. Nove TEDs com universidades (em processamento), com investimento de R\$ 5 milhões
- ◆ Articulação e equipagem do Sistema de Garantia de Direitos de crianças e adolescentes nos municípios atingidos por ataques
- ◆ Curso base sobre discurso de ódio e extremismo no Programa Nacional de Educação Continuada em Direitos Humanos
- ◆ Pacto Nacional de Enfrentamento ao Discurso de Ódio no Brasil, com objetivo de mobilizar instituições públicas e privadas para que se comprometam com a não propagação do discurso de ódio

Enfrentamento ao Discurso de Ódio

- ◆ Criação de área dedicada ao tema do enfrentamento ao discurso de ódio no ObservaDH – Observatório Nacional dos Direitos Humanos
- ◆ Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto Alana, para o desenvolvimento de um Plano de Atenção à Saúde Mental de crianças e adolescentes, com foco na proteção nos ambientes digitais

17. EquipaDH+

O programa possibilita a entrega adequada das políticas de direitos humanos, nos estados e municípios, além de favorecer o diálogo e a cooperação do Governo Federal com os demais entes federados

1. Serão beneficiados conselhos tutelares, conselhos estaduais e municipais de direitos, órgãos municipais e estaduais que atuam nas diversas pautas de direitos humanos
2. O EquipaDH+ foi desenhado a partir de iniciativas de equipagem implementadas no MDHC desde 2012, com aprimoramento dos mecanismos de governança; estruturação de um planejamento plurianual para a política; e racionalização de atividades da política, considerando o volume de doações
3. Lançamento: publicação de decreto de criação do programa prevista para dezembro de 2023

Estados onde o MDHC atuou

Roraima
Pará
São Paulo
Rio de Janeiro
Espírito Santo
Paraná
Rio Grande do Sul
Santa Catarina

Mato Grosso
**Distrito Federal/
Brasília**
Pernambuco
Ceará
Bahia
Paraíba
Sergipe

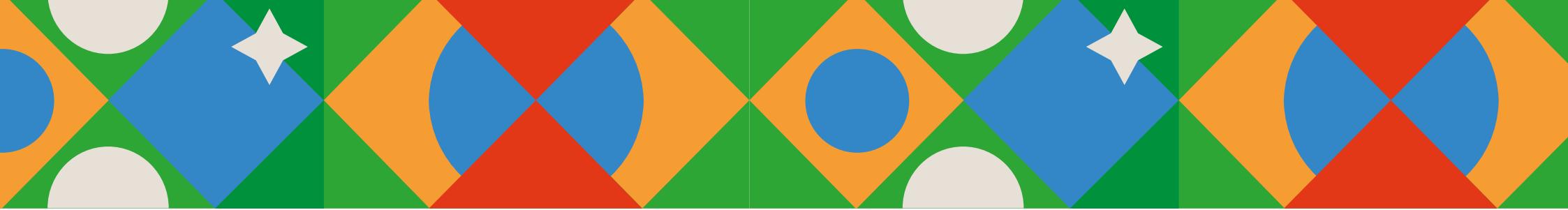


75 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos

Ações realizadas

- ◆ Encontro Nacional de Conselhos LGBT
- ◆ Mostra de Cinema de Direitos Humanos
- ◆ Lançamento das escolas de Conselhos Tutelares em vários estados, através de TEDs com universidade. Foram abertas 20 mil vagas
- ◆ Reparação de camponeses atingidos pela ditadura





**MINISTÉRIO DOS
DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA**

